


**ATA NÚMERO TRINTA E DOIS (2021-2025), DA
REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE
CARREGAL DO SAL, REALIZADA NO DIA 09 DE
FEVEREIRO DO ANO DE 2023: _____**

_____ Aos nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, nesta Vila de Carregal do Sal, Edifício dos Paços do Concelho, Sala de Reuniões, reuniu ordinariamente o Executivo Camarário, sob a presidência do Presidente da Câmara, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz e com a presença da Vice-Presidente da Câmara, Maria Izabel Ferreira Antunes d'Azevedo da Silva, do Vereador José Dias Batista e da Vereadora da Ana Cristina Silva Sousa Borges, _____

_____ (0050/20230209) **VERIFICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS.** _____

_____ tendo sido verificada a ausência do Vereador Luís Humberto da Costa Fidalgo, falta essa que foi justificada nos termos e para os efeitos preceituados na alínea c) do artigo trigésimo nono, do anexo I, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, que requereu a sua substituição, nesta reunião, pelo Vereador Manuel António Tavares Santos, nos termos do disposto no artigo septuagésimo oitavo da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro. _____

_____ A Câmara Municipal estava, assim, constituída pelo Presidente da Câmara, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, Vice-Presidente da Câmara, Maria Izabel Ferreira Antunes d'Azevedo da Silva, Vereador José Dias Batista, Vereadora Ana Cristina Silva Sousa Borges e Vereador Manuel António Tavares Santos. _____

_____ **APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO.** _____

_____ Secretariou e prestou apoio técnico e administrativo, o Chefe de Divisão de Administração Geral, António Manuel Ribeiro. _____

_____ O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz,



informou que na sequência do expediente rececionado e dos assuntos a agendar, tinha elaborado a ordem do dia que a seguir se transcreve: _____

_____ **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** (a fls.64v a 78v) _____

_____ 1. INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE E DOS VEREADORES. (a fls.64v a 78v) _____

_____ **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** (a fls.78v a 105) _____

_____ **DELEGAÇÃO E SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS** (a fls.78v) _____

_____ 2. INFORMAÇÕES. (a fls.78v) _____

_____ **FINANÇAS MUNICIPAIS** (a fls. 79) _____

_____ 3. APRECIÇÃO DOS RESPECTIVOS DOCUMENTOS: (a fls. 79) _____

_____ **URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO OBRAS PARTICULARES** (a fls.79 a 79v) _____

_____ **COMPROPRIEDADES** (a fls.79 a 79v) _____

_____ 4. CERTIFICAÇÃO DE COMPROPRIEDADE DE PRÉDIO RÚSTICO, ARTIGO N.º 7231, DA FREGUESIA DE CARREGAL DO SAL. EMISSÃO DE PARECER AO ABRIGO DO ARTIGO 54.º DA LEI N.º 91/95, DE 02 DE SETEMBRO (REDAÇÃO ATUAL). ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL. (a fls.79 a 79v) _____

_____ **AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO SOCIAL** (a fls.79v a 82) _____

_____ **CPCJ** (a fls. 79v a 80) _____

_____ 5. RELATÓRIO DA ATIVIDADE DA CPCJ DE CARREGAL DO SAL, ANO DE 2022. CONHECIMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL. (a fls. 79v a 80) _____

_____ 6. **TARIFÁRIO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E ÁGUAS RESIDUAIS PARA FAMÍLIAS CARENCIADAS** (a fls.80 a 81v) _____

_____ 6.1 DOCUMENTO REGISTADO SOB O N.º 737. INFORMAÇÃO DOS SERVIÇOS. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL. (a fls. 80 a 80v) _____

_____ 6.2 DOCUMENTO REGISTADO SOB O N.º 800. INFORMAÇÃO DOS SERVIÇOS. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL. (a fls.80 a 80v) _____



14

—6.3 DOCUMENTO REGISTADO SOB O N.º 971. INFORMAÇÃO DOS SERVIÇOS. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL. (a fls.80v a 81)——

—6.4 DOCUMENTO REGISTADO SOB O N.º 1029. INFORMAÇÃO DOS SERVIÇOS. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL. (a fls.81 a 81v)——

—**ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO** (a fls.81v)——

—7. AQUISIÇÃO DE PRÉDIO URBANO NA LOCALIDADE DE FIAIS DA TELHA. INFORMAÇÃO DOS SERVIÇOS. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL. (a fls.81v)-——

—**EDUCAÇÃO E SAÚDE** (a fls. 82)——

—**CANDIDATURA RE(CRIAR) A BIBLIOTECA** (a fls. 81v a 82)——

—8. CONHECIMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL. (a fls. 82)——

—**INDÚSTRIA E ENERGIA** (a fls.82 a 83)——

—**PARQUES INDUSTRIAIS** (a fls.82 a 83)——

—9. PROCESSO DE LOTEAMENTO N.º 01/2006 – 4.º ADITAMENTO À 5.ª FASE DO PARQUE INDUSTRIAL DE SAMPAIO, REFERENTE AO LOTE N.º 6. RATIFICAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL. (a fls.82 a 83)——

—**FREGUESIAS** (a fls.83 a 85)——

—**PROTOCOLOS** (a fls.83 a 85)——

—10. PROJETO “ALDEIAS DE PORTUGAL – CONSOLIDAÇÃO E REPLICAÇÃO NACIONAL”. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL. (a fls.83 a 85)——

—**CULTURA DESPORTO E TEMPOS LIVRES E OUTROS** (a fls.85 a 85v)——

—**APOIOS** (a fls.85 a 85v)——

—11. ADIANTAMENTO DE SUBSÍDIO. PEDIDO FORMULADO PELA ASSOCIAÇÃO DO CARNAVAL DE CABANAS DE VIRIATO. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL. (a fls.85 a 85v)——

—————**INSTRUMENTOS DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA**(a fls.85v a 100)—————

—————**MAPA DE DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL** (a fls. 85v)—————

—————12. PROPOSTA DE APROVAÇÃO DO MAPA DE DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL RELATIVO AO ANO ECONÓMICO DE 2022 E CORRESPONDENTE SALDO DA GERÊNCIA A TRANSITAR PARA O ANO DE 2023. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL. (a fls. 85v)—————

—————**MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO** (a fls.86 a 88)—————

—————13. 1.^a REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DO ANO DE 2023. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL. (a fls.86 a 88)—————

—————14. **EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS** (a fls.88v a 100)—————

—————14.1 CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO M/L DESTINADOS À AINTAR. FINANCIAMENTO DE OPERAÇÕES NO QUADRO POSEUR. RELATÓRIO DA COMISSÃO. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL. (a fls.88v a 90v)—————

—————14.2 CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO M/L DESTINADOS À OBRA DE ARRANJOS EXTERIORES DA CASA DO PASSAL. RELATÓRIO DA COMISSÃO. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL. (a fls.90v a 92v)—————

—————14.3 CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO M/L DESTINADOS À OBRA DE REABILITAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE DE CARREGAL DO SAL. RELATÓRIO DA COMISSÃO. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL. (a fls.93 a 95)—————

—————14.4 CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO M/L DESTINADOS À OBRA DE CONSTRUÇÃO DE CICLOVIA ENTRE CARREGAL DO SAL E OLIVEIRINHA. RELATÓRIO DA COMISSÃO. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL. (a fls.95 a 97v)—————

—————14.5 CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO M/L DESTINADOS À OBRA DE REQUALIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO DO MERCADO MUNICIPAL. RELATÓRIO DA COMISSÃO.



ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL. (a fls. 97v a 99v) _____

_____ **ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA** (a fls. 99v a 105) _____

_____ **SEGUROS** (a fls. 99v a 100) _____

_____ 15. ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO. RATIFICAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL.
(a fls. 99v a 100) _____

_____ 16. **PESSOAL AUTÁRQUICO** (a fls. 100) _____

_____ 16.1 CONCESSÃO DE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO. REGISTO NÚMERO 606.
ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL. (a fls. 100) _____

_____ 16.2 PEDIDO DE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO. REGISTO NÚMERO 755.
ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL. (a fls. 100 a 100v) _____

_____ 16.3 PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES PÚBLICAS
COM FUNÇÕES PRIVADAS. REGISTO NÚMERO 5762. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA
CÂMARA MUNICIPAL. (a fls. 100v a 101) _____

_____ 16.4 PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES PÚBLICAS
COM FUNÇÕES PRIVADAS. REGISTO NÚMERO 257. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA
CÂMARA MUNICIPAL. (a fls. 101) _____

_____ **ADICES** (a fls. 101v) _____

_____ 17. ATUALIZAÇÃO DA QUOTIZAÇÃO DA ADICES. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA
CÂMARA MUNICIPAL. (a fls. 101v) _____

_____ **ACORDOS** (a fls. 101v a 104v) _____

_____ 18. ACORDO MARCO DE COOPERAÇÃO E AMIZADE ENTRE O MUNICÍPIO DE
CARREGAL DO SAL E MUNICÍPIO DE CURITIBA. CONHECIMENTO DA CÂMARA
MUNICIPAL. (a fls. 101v a 104v) _____

_____ **PAGAMENTOS** (a fls. 104v) _____

_____ 19. INFORMAÇÃO DOS SERVIÇOS. RATIFICAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL. (a

fls. 104v)

De seguida, foram tratados os assuntos abaixo descritos e tomadas as seguintes deliberações:

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

(0051/20230209) 2. INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE E DOS VEREADORES.

Intervenção do Presidente da Câmara Municipal e dos Vereadores.

A participação em reuniões e outras iniciativas dos membros em permanência da Câmara Municipal consta de documento em anexo que se considera parte integrante desta ata.

O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para apresentar cumprimentos e informar que estavam para aprovação duas atas das reuniões anteriores, mais propriamente as do mês de janeiro de dois mil e vinte e três.

Antes de entrar na apreciação das atas, o Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz e restantes membros do Executivo Camarário parabenizaram o Vereador Manuel António Tavares dos Santos pelo seu aniversário.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM DOZE DE JANEIRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS.

O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para informar que o projeto de ata da reunião ordinária em epígrafe desta Câmara Municipal tinha sido enviado aos seus membros, não tendo sido rececionados contributos.

Colocada em votação, a Câmara Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por maioria, com os votos a favor do Presidente da Câmara, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, da Vice-Presidente da Câmara, Maria Izabel Ferreira Antunes d'Azevedo



da Silva, do Vereador José Dias Batista, da Vereadora Ana Cristina Silva Sousa Borges e abstenção do Vereador Manuel António Tavares Santos, a ata da reunião ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia doze de janeiro de dois mil e vinte e três. _____

_____ **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM VINTE E QUATRO DE JANEIRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS.** _____

_____ Face ao envio recente do projeto de ata, o que não permitiu a receção de contributos de forma atempada, o Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para propor que o projeto de ata da reunião ordinária em vinte e quatro de janeiro de dois mil e vinte e três, fosse analisado e aprovado na próxima reunião, o que foi aceite por unanimidade. _____

_____ **INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE E DOS VEREADORES.** _____

_____ *Presidente da Câmara Municipal.* _____

_____ O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para dar informações sobre os assuntos a seguir descritos. _____

_____ Iniciou a sua intervenção para dar nota da necessidade premente de organizar, de forma diferente, o período antes da ordem do dia, de modo a facilitar a concretização das atas, porquanto a forma como as intervenções decorriam neste período nem sempre se tornava fácil transmitir o que se passava na reunião, muitas vezes com diálogos paralelos e em simultâneo, o que tornava difícil a elaboração deste documento. _____

_____ Disse que todos teriam oportunidade de se pronunciar, mas também deveria haver um esforço no sentido de cada um respeitar as intervenções, de modo a que com base nas gravações fosse possível elaborar a ata. _____

_____ Deste modo, propôs que a estrutura do período de antes da ordem do dia fosse diferente, dando a palavra em primeiro lugar aos Vereadores da Oposição, o Executivo Camarário em Permanência faria as suas intervenções imediatamente a seguir e, no final,

cada um dos membros da Câmara Municipal teria dois minutos para replicar ou pedir esclarecimentos sobre aquilo que pudesse ter sido dito. Despender mais de hora e meia no período de antes da ordem do dia, não era exequível, informando ter tido oportunidade de falar com outros presidentes de câmara da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, sobre o seu *modus operandi*, constatando que em nenhuma dessas câmaras municipais se passava o que acontecia na Câmara Municipal de Carregal do Sal, até porque os vereadores não tinham a prerrogativa de intervir da mesma forma que o faziam nesta reunião de Câmara Municipal, mas também era isso que desejava, mas com responsabilidade. _____

_____ Disse que o seu objetivo foi efetivamente permitir que os Vereadores interviessem e tivessem um espaço de ação maior, o que pretendia manter, mas entendia que cada um deveria apresentar as suas questões, preocupações e problemas que gostaria de ver resolvidos, pelo que reiterava a necessidade de mudar o figurino atualmente existente. Cada um deveria, claramente, apresentar as questões da sua agenda, o que o Executivo em permanência também faria relativamente às suas participações, destacando as que entendesse dar primazia e se houvesse alguma dúvida, os Vereadores da Oposição teriam dois minutos para suscitar as suas questões. _____

_____ Não era exequível manter a situação atual, para além de que ninguém, nas suas intervenções, precisava de convencer quem quer que fosse, sendo que não seria necessário que todos estivessem de acordo, pois cada um tinha a liberdade de se exprimir e fazer o seu raciocínio relativamente a esta ou àquela questão, evitando-se, inclusive, a repetição na abordagem de determinados assuntos. _____

_____ Concluiu esta parte da sua intervenção, informando que esta nova estrutura seria aplicada na próxima reunião desta Câmara Municipal, de modo a que os Vereadores se pudessem preparar e trazer os seus assuntos. _____



_____ *Paulo* _____

_____Relativamente ao documento das participações, o Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, destacou a visita do Secretário de Estado, Dr. Carlos Miguel, afirmando ter sido um bom momento, não tanto pelo que tinha representado a inauguração do espaço e das melhorias no edifício cedido à Associação do Carnaval de Cabanas de Viriato, mas também ao espaço envolvente que iria servir o Jardim Angelina Sousa Mendes, mas foi sobretudo importante para a Associação Pais-Em-Rede e também para diálogo sobre outros assuntos que, entretanto, foram comunicados ao Senhor Secretário de Estado, dando informação que na segunda feira seguinte o membro do Governo tinha-lhe ligado para o informar que tinha ficado sensibilizado com o trabalho da Associação Pais-Em-Rede, salientando que todos deveriam estar empenhados em resolver as necessidades desta Associação, referindo, ainda, que a Segurança Social também deveria intervir e apoiar, porque, no fundo, a ação da Associação Pais-Em-Rede era similar a ações de outras instituições como a ASSOL que recebiam esses apoios, pelo que ficou com o compromisso de diligenciar sobre a forma como poderia ser encontrado esse apoio. — _____

_____ *Vereadora Ana Cristina Silva Sousa Borges.* _____

_____A Vereadora Ana Cristina Silva Sousa Borges apresentou cumprimentos e informou que o apoio da Segurança Social era ao nível das famílias vulneráveis. _____

_____ *Presidente da Câmara Municipal.* _____

_____O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para afirmar que o agendamento de uma reunião com a Segurança Social seria um bom passo para dar nota do trabalho que a Associação Pais-Em-Rede estava a fazer, de modo a equacionar algum tipo de apoio. Salientou que o facto da comitiva se ter deslocado à sede da Associação Pais-Em-Rede, contribuiu para uma maior sensibilidade sobre o assunto, o que também tinha acontecido na visita ao Quartel-Sede da Associação

Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Carregal do Sal, que também tinha alguns assuntos prementes para resolver. _____

——— Prosseguiu a sua intervenção para afirmar que um outro aspeto importante teve a ver com a visita ao Parlamento Europeu, realçando que nesta instituição se vivia num horizonte muito diferente do Poder Local, nomeadamente o do Interior. Os projetos da União Europeia estavam agora muito vocacionados para as *smartcities*, para as cidades inteligentes, para a sustentabilidade e quando eram colocadas questões sobre participações para arranjar estradas, saneamento, a resposta era de que isso já deveria estar resolvido, resultante de apoios de outros quadros comunitários, pois o que agora interessava era um outro tipo de projetos, como por exemplo, se poderá recuperar a água dos ares condicionados para regar plantas. Aquilo que serão os problemas reais, face aos poucos orçamentos das câmaras municipais que viram as estradas estar sob a sua alçada, bem como o saneamento, são questões que poderiam não estar na agenda do próximo quadro comunitário de apoio. _____

——— Referiu que a Europa estava muito talhada para o futuro, para as ideias de futuro e a ambição das câmaras municipais era ainda a de resolver os problemas do quotidiano, pelo que era importante saber quais eram as linhas de orientação para o futuro, sendo que os concelhos de pequena dimensão continuavam a ter necessidade de resolver questões como o saneamento, a eletrificação e a eficiência energética, as pavimentações das estradas, necessitando da sustentabilidade do investimento através da participação de fundos comunitários. _____

——— A resposta foi no sentido de que essas ações deveriam ter sido tratadas e os problemas resolvidos há dez anos atrás, a que acrescia o facto de, após dois mil e trinta, poder acontecer que não haja mais apoios comunitários, sendo os mesmos canalizados para países que iriam pertencer à União Europeia e que estariam em situações bastante



[Handwritten signature]

mais frágeis do que a de Portugal. _____

_____ Disse que apesar de ser importante perceber a realidade, tinha ficado com a sensação de que se estaria a falar de mundos muito diferentes, mas ainda assim tinham acontecido algumas reuniões, versando projetos interfronteiriços, designados por *Interreg*, em que se Espanha viesse a fazer os mesmos projetos que Portugal ou vice-versa, poderiam existir protocolos com apoios muito significativos, pelo que iria estar em empenhado em analisar se existiram áreas comuns de intervenção. _____

_____ Referiu, a propósito, que esperava ir no início de março a Salamanca para analisar um sistema de tratamento de águas de saneamento inteligente, para avaliar o modo de funcionamento, porquanto em termos de eletricidade seria preferível que o sistema trabalhasse quando fosse necessário, do que estar constantemente em funcionamento, permitindo também poupanças energéticas e de custos de funcionamento. _____

_____ De seguida, destacou, a viagem aos EUA – Estados Unidos da América, à Sousa Mendes Foundation, dando nota da sua importância, referindo-se ao espólio existente, algum do qual foi sendo doado para o Museu de Washington do Holocausto, o segundo Museu do Mundo na área dos judeus. Abordou a existência do primeiro Museu em Israel, do segundo em Washington e do terceiro em Nova Iorque, informando que nesta viagem tinha visitado o Museu de Nova Iorque, referindo que existia no mesmo muito material, muito bonito e muito interessante de pessoas descendentes do Aristides Sousa Mendes. _____

_____ Disse estar a tentar-se estabelecer um protocolo com esses dois Museus, com o de Nova Iorque e com o de Washington, esperando também trazer em breve à reunião de Câmara o protocolo com a Sousa Mendes Foundation em torno do espólio existente e das parcerias a fazer no futuro, com especial enfoque em alguns passaportes e cartas. _____

_____ Ilustrou algo que muito o tinha sensibilizado e que teve a ver com uma carta de Aristides de Sousa Mendes, escrita à mão, datada de doze de junho, para pessoas amigas

em vários países da Europa, a dizer “junto te envio este casal para ver se os consegues acompanhar, sabes que a situação está difícil, eu estou muito doente, porque estou sobre uma pressão muito grande, eu não sei o que é que me vai acontecer amanhã, mas enquanto eu puder eu vou fazendo o que considero mais importante...”. Aristides de Sousa Mendes escreveu o texto ora referido pela sua própria mão, e esteve a passar vistos até vinte e um de junho, sem saber o que lhe iria acontecer no dia seguinte. _____

_____ Foi referido pela Sousa Mendes Foundation que apenas fariam o protocolo com o dono da obra, protocolo esse que já se encontrava elaborado com o apoio da Divisão de Administração Geral e só não o trazia a esta reunião por a Sousa Mendes Foundation pretender que o mesmo seja analisado pelo gabinete jurídico que lhe dava apoio, esperando trazê-lo numa próxima reunião. _____

_____ Prosseguiu a sua intervenção para fazer uma nota de rodapé sobre o trabalho que estava a ser feito em torno do evento Carnaval, salientando a importância que tinha o Carnaval, sobretudo o Carnaval de Cabanas de Viriato, mas dever-se-ia ter a noção da realidade concelhia e não almejar ser o que eram outros carnavais, como era o caso de Ovar. Disse que todos sem exceção se deveriam orgulhar do Carnaval do Concelho, com uma tipologia diferente dos demais, todos deveriam ter a noção das limitações existentes e a Câmara Municipal deveria apoiar dentro do que lhe era possível, não podendo aspirar a carnavais de outra dimensão como os de Torres Vedras, da Mealhada e de Ovar. Até porque o Carnaval do Concelho era de rua, genuíno, puro, sem quaisquer importações e influências brasileiras, pelo que entendia que todos deveriam ter os pés bem assentes no chão e apoiar dentro do que fosse possível, sem alterar a sua génese. _____

_____ Concluiu a sua intervenção para informar que tinha estado em Penalva do Castelo, na Feira do Queijo e do **Pastor** e a Ministra da Agricultura, com quem tinha estado, manifestou muita vontade em visitar o Concelho de Carregal do Sal, referindo ser o único

Dão Lafões, no qual tinha participado com três colaboradores, versando a Educação “Valorizar e Desafiar a Escola”, tendo demonstrado a sua tristeza por não ter estado presente nenhum representante da Direção do Agrupamento de Escolas de Carregal do Sal, nem mesmo dos professores, perante uma iniciativa que abordou o sucesso educativo e foi muito focado e orientado para os professores. Sabia que a Diretora tinha estado ausente, mas a representação poderia ter sido feita, à semelhança do que foi feito por outras direções de Agrupamentos de Escolas; o mesmo poderia ter acontecido com os professores. _____

———Deixou o pedido para que o Vereador José Dias Batista pudesse falar da iniciativa que tinha decorrido no dia anterior, à qual não pudera estar presente, sobre um evento também da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões. _____

———Concluiu a sua intervenção para afirmar que era o que pretendia dizer e estaria disponível para responder a outras questões que se manifestassem oportunas e necessárias. _____

——— *Vereador José Dias Batista.* _____

———O Vereador José Dias Batista começou por apresentar cumprimentos e referir que iria ser preciso e conciso na sua intervenção. _____

———Referiu-se ao evento ocorrido no dia anterior no Centro Cultural de Carregal do Sal e que teve a ver com as escolas empreendedoras, que, de alguma forma, ajudaram a fazer o lançamento daquilo que vão ser os concursos de empreendedorismo que vão acontecer nas escolas. Disse que o evento contou com a participação de dois jovens, um deles natural do concelho de Carregal do Sal, que fez o seu percurso e neste momento tem o seu negócio em Viseu e que partilhou também com os alunos aquilo que foi o seu percurso. Outra participação, de uma conferencista associada ao projeto das bicicletas de bambu, com um percurso de vida muito mais alargado, por ser uma pessoa que tinha andado “fora

[Handwritten signature]



da caixa”, viajou muito e o último sitio onde tinha estado foi na China, país onde se aproveitava a matéria prima existente, pelo que estava a tentar trazer para Portugal a ideia de se aproveitar essa matéria prima existente, no caso o bambu. _____

_____ Disse que a iniciativa tinha corrido bem, tinham participado alunos do secundário, o auditório estava bem composto, esperando-se que de alguma forma isto pudesse ter servido de catalisador para as ações futuras que serão apresentadas a concurso no âmbito da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, no qual, nestes últimos anos, a Escola de Carregal do Sal tem tido sempre alunos a concorrer e certamente o mesmo iria acontecer este ano. _____

_____ Deu nota de uma outra reunião que tinha tido na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, que serviu para o Ministro da Administração Interna lançar a primeira abordagem no concernente ao dispositivo de prevenção dos fogos florestais para o corrente ano este ano, o que fez de uma forma transversal, acabando por também estar presente na reunião a Ministra da Agricultura e a Ministra da Coesão. _____

_____ O que foi realçado pela maioria dos presentes, foi de que, pela primeira vez, se tentou falar de um assunto que acabava por ser transversal, focalizando a questão dos incêndios florestais no concernente ao combate, mas também em tudo aquilo que se poderia fazer antes, preventivamente, onde o Ministério da Agricultura também poderia ter bastante importância, a par do Ministério da Coesão Territorial. _____

_____ Disse ter achado interessante quando a Ministra da Agricultura referiu que a Região Centro é a que, em termos de apoios para a agricultura, menor fatia tinha no território nacional, ou seja, não se comparava em nada com o Alentejo, mas sobre esta região era compreensível por ser iminentemente agrícola, mas comparativamente com o Ribatejo, este conseguia ter muito mais apoios. A própria Região Norte conseguia ter muitos mais apoios, sendo que a grande maioria desses apoios eram para as zonas do

Litoral. – _____

_____ Referiu ter sido também interessante ouvir o Ministro da Administração Interna dizer que efetivamente os fundos do PRR e do Portugal 2030, nomeadamente na questão agrícola não iriam ser problema, o receio era o de saber se País estaria preparado para conseguir executar os projetos. Outra questão teve a ver com as florestas e o funcionamento da EIP – Equipas de Intervenção Permanente, tendo sido dito que o Governo estava a preparar uma nova estrutura para estas equipas, de modo a permitir mais trabalho proactivo, sendo que esta era uma matéria que não era consensual, ou seja, não tinha consenso o alargamento da ação e da intervenção das EIP – Equipas de Intervenção Permanente. _____

_____ Finalizou para se referir à reunião havida, no dia anterior, no Salão Nobre Aristides de Sousa Mendes, sobre a candidatura aos Bairros Comerciais Digitais, onde foram convocados os comerciantes que são servidos pela área de intervenção, basicamente o centro da Vila de Carregal do Sal. O Salão Nobre estava bem composto, com mais de cinquenta pessoas, o assunto foi apresentado pela equipa que estava a preparar a candidatura para a segunda fase e a reunião serviu não só para dar a conhecer aos comerciantes o projeto como também pedir os seus contributos até ao dia nove de março, que era a data em que terminava o prazo para submissão da candidatura. _____

_____ Disse que a iniciativa tinha corrido bem, os comerciantes ficaram agradados, também pelo facto de serem chamados a participar, afirmando que eram estes itens que queria salientar, estando disponível para responder a outras questões que pudessem surgir. -

_____ *Vereadora Ana Cristina Silva Sousa Borges.* _____

_____ A Vereadora Ana Cristina Silva Sousa Borges usou da palavra para abordar a visita do Secretário de Estado ao Concelho, nomeadamente à Associação do Carnaval de Cabanas de Viriato, evidenciando a importância dessa visita. _____



——— No que dizia respeito a transformar o Carnaval de Cabanas de Viriato numa iniciativa maior e diferente, afirmou que também já tinha tido oportunidade de dialogar com diretores da Associação do Carnaval e se tal viesse a acontecer, o Carnaval de Cabanas de Viriato deixaria de ter a sua singularidade, pelo que o que cabia à Câmara Municipal era o de fazer a máxima divulgação possível do cartaz genuíno e tradicional. Assim, era importante preservar valores ancestrais bonitos e bons e transmiti-los para o Mundo inteiro, sendo de opinião que toda a gente conhecia a famosa Dança Grande ou Dança dos Cús. —————

——— Prosseguiu a sua intervenção, para referir que tinha percebido que o Secretário de Estado ficou agradado em relação à Associação Pais-Em-Rede e que a Associação necessitava de apoio, face à sua dinâmica e empreendedorismo, na medida em que a sua ação acabava por ser uma resposta social a crianças e jovens com necessidades especiais, necessitando, ainda, de um espaço mais amplo e condigno para o desenvolvimento das suas atividades. —————

——— *Presidente da Câmara Municipal.* —————

——— O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para informar que se estava a tentar encontrar uma solução para o NACO – Núcleo Juvenil de Animação Cultural de Oliveirinha, que era a associação que estava a ocupar com material a outra sala da ex-Escola Primária de Travanca de S. Tomé, de modo a que a Associação Pais-Em-Rede pudesse beneficiar do respetivo espaço. —————

——— *Vice-Presidente da Câmara Municipal.* —————

——— A Vice-Presidente da Câmara Municipal, Maria Izabel Ferreira Antunes d’Azevedo da Silva, usou da palavra para complementar a intervenção do Presidente da Câmara e informar que ainda não tinha sido possível dialogar sobre o assunto em apreço com diretores do NACO – Núcleo Juvenil de Animação Cultural de Oliveirinha, sendo que tal motivo se ficou a dever ao facto do Município não ter ainda uma solução para apresentar,

estando a ser estudada a possibilidade de se recorrer a uma casa pertença do Município, localizada no Estaleiro Municipal ou então, em alternativa, uma sala na ex-escola primária de Fiais da Telha, tendo sido alvitado, ainda, as instalações atualmente existentes no antigo campo de futebol de Oliveira do Conde, ainda que estas possam não reunir condições para o efeito por, para além da sua pequena dimensão, estarem a necessitar de intervenções ao nível da sua beneficiação. _____

_____ *Vereadora Ana Cristina Silva Sousa Borges.* _____

_____ A Vereadora Ana Cristina Silva Sousa Borges usou da palavra para afirmar que tinha percebido o contexto e as explicações dadas e o dia-a-dia da Associação Pais-Em-Rede era uma resposta cada vez mais necessária, sendo que a referida associação estava a fazer um bom trabalho, eram muito empenhados e gostavam daquilo que faziam, tendo tido algumas ajudas ao nível da população que interagia sistematicamente pelo facto, inclusive, das pessoas que estavam à frente dos destinos da entidade serem da própria terra. _____

_____ Prosseguiu, para interpelar o Presidente da Câmara Municipal, por o ter ouvido dizer de viva voz ao Secretário de Estado que tinha sido este Executivo Camarário em permanência a ceder todas as antigas escolas às associações, o que levou a certos comentários de pessoas que também tinham ouvido, sendo que tinha dito às pessoas que a interpelaram que tal propósito foi desencadeado no anterior mandato. Isto só para dizer como as coisas às vezes funcionavam e a maneira como se falava e se dizia e a interpretação que se dava. _____

_____ Em relação ao tema dominante da semana, que foram os Bombeiros Voluntários de Carregal do Sal, apresentou algumas questões relacionadas com a realização da reunião da Assembleia Geral, na medida em que, apesar de não ser sócia, parecia que as coisas não tinham corrido muito bem, referindo que o projeto idealizado para o imóvel não lhe



[Handwritten signature]

parecia a melhor solução, até porque era do seu conhecimento ter existido um projeto inicial para a reabilitação daquele edifício que não o descaracterizava, cumprindo algumas necessidades e algumas intenções dos munícipes e de todas as pessoas que se envolveram de alma e coração em diversas ações, nomeadamente na angariação de fundos para a reabilitação do antigo quartel. Disse que esse projeto tinha existido, era na sua opinião mais benéfico e o mais adequado para o espaço em causa, localizado bem no Centro da Vila Sede, ainda que não se encontrasse servido das melhores possibilidades de estacionamento. Assim, não poderia deixar de manifestar o seu desagrado e do Movimento Independente que representava, pelo projeto idealizado para o imóvel, pelo que procedeu à leitura do documento que a seguir se transcreve:_____

_____“Alienação do Edifício Sede dos Bombeiros de Carregal do Sal _____

_____A Vereadora, Ana Cristina Borges, representante do Movimento de Cidadãos Independentes pelo Concelho do Carregal (CICC), faz saber que não concordam com a alienação do edifício sede da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Carregal do Sal a esta Câmara Municipal, pelos seguintes factos:_____

_____1 Pela ausência de um protocolo de cedências e contrapartidas;_____

_____2 Pela ausência de estudo de mercado que demonstre a necessidade específica de apartamentos com tipologia T0 e T1 neste concelho;_____

_____3 Por se tratar de um edifício impar, com memórias importantes que integram e retratam parte da história deste concelho e que, agora se pretendem apagar;_____

_____4 Por entenderem claramente que o projeto inicial para a reabilitação deste edifício não o descaracterizava e cumpria as necessidades e intenções dos munícipes e de todas as pessoas que se envolveram de alma e coração na angariação de fundos para tal propósito;_____

_____5 Por não concordarem com a forma como foram realizados e dirigidos os

trabalhos da última Assembleia Geral da AHBV de Carregal do Sal, da qual resultou alienação do edifício sede a este Município;_____

_____6 Por se tratar claramente de uma manobra da inteira responsabilidade do executivo do PS na qual o movimento CICC não se revê;_____

_____Carregal do Sal, 9 de Fevereiro de 2023.”_____

_____Quis saber, de seguida, se antes da preparação do protocolo a celebrar com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Carregal do Sal já existia um projeto de construção e se a Câmara Municipal tinha pago ou iria pagar dezasseis mil euros pelo mesmo? Em caso afirmativo, qual foi o gabinete que o tinha elaborado? Qual era o valor final para adjudicação da obra e qual a data prevista para o seu início e conclusão? _____

_____Afirmou que a obra composta por blocos de habitação a rendas acessíveis não vai ter o impacto local adequado, exemplificando e comparando com constrangimentos vários que outros municípios estavam a sentir, após terem proporcionado aquele tipo de alojamento concentrado, referindo que seria uma boa altura para se pensar, no âmbito da Estratégia Local de Habitação, na reabilitação de imóveis e revitalização das aldeias que estavam quase desertas. Existiria, por certo, a possibilidade de adquirir casas nas aldeias para garantir os propósitos em apreço, em alternativa ao que era pretendido levar a efeito no antigo quartel sede da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Carregal do Sal. – _____

_____ Vereador Manuel António Tavares Santos. _____

_____O Vereador Manuel António Tavares Santos começou por apresentar cumprimentos e referir que iria abordar o assunto a que o Presidente da Câmara Municipal se tinha referido no início da sua intervenção, referente à alteração do figurino das intervenções no período de antes da ordem do dia, entendendo que tal não seria necessária, fundamentando a sua opinião na forma pacífica e aberta, com troca de ideias,



[Handwritten signature]

como tudo estava a decorrer. Disse que o Presidente da Câmara Municipal estava no seu direito de pretender alterar a forma como decorria o período de antes da ordem do dia, pelo que ir-se-ia analisar no futuro, se tal sugestão e proposta teria sido a melhor opção. —————

—————Analisando a lista de presenças, solicitou informações sobre o protocolo de cedência do espólio de Aristides Sousa Mendes e referiu que se tal assunto seria para agendar na próxima reunião, seria importante ter a minuta do protocolo uns dias antes para conhecimento antecipado e não, como às vezes acontecia, ter este tipo de documentos em cima da data da reunião. —————

—————Relativamente à questão do antigo quartel sede da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Carregal do Sal, questionou o Presidente da Câmara Municipal sobre se, desde a passada segunda-feira, tinha dormido bem, porque o que se tinha passado na reunião da Assembleia Geral da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Carregal do Sal, nomeadamente pela forma como a votação tinha acontecido, não se coadunava com a prestigiada instituição, tendo sido registadas entradas e saídas de sócios enquanto decorrida a Assembleia Geral, o que não achava correto.- —————

—————Afirmou que se fosse Presidente da Câmara Municipal não concordaria com aquilo que aconteceu, não concordaria em que o presidente da Mesa da Assembleia Geral andasse no meio dos associados a contar votos, aquando da votação do protocolo. Deste modo, não teria dormido bem com tudo o que tinha acontecido, pelo que questionava o Presidente da Câmara Municipal se entendia ou não que o processo tinha sido malconduzido, recordando que a primeira convocatória, da reunião de dezembro, era omissa quanto aos seus propósitos de alinação e na segunda convocatória, para a reunião da Assembleia Geral de seis de fevereiro, não vinha referido que iria ser apresentado para votação um protocolo a celebrar com a Câmara Municipal. —————

———Concluiu esta parte da sua intervenção mencionando que se tratou de um processo que para além de malconduzido, não dignificou os Bombeiros Voluntários e em que a Câmara Municipal também era parte envolvida e tal como o Presidente da Câmara já tinha tido oportunidade de referir as coisas tinham que ser claras e objetivas e parecia que tal não tinha acontecido no caso em apreço. —————

———Disse pretender saber se relativamente à reunião da Assembleia Geral da ARCA – Associação Recreativa e Cultural de Alvarelhos, já tinha havido a ratificação por parte da Câmara Municipal da cedência das instalações, na medida em que na reunião da Assembleia Geral essa cedência foi rejeitada pela maioria dos sócios presentes e pelo que tinha lido teria sido ou iria ser marcada uma nova reunião da Assembleia Geral com a presença do Presidente da Câmara Municipal. —————

———Uma outra questão abordada teve a ver com a Fundação José Nunes Martins, tendo referido que seria um assunto que continuaria a falar, pois no início da semana tinha estado em frente às instalações e pouco movimento se notava no concernente a obras e à realização da empreitada. Este assunto tinha a ver com a Fundação, mas tinha também a com as pessoas que estiveram e estavam na Fundação e que estavam há cerca de dois anos noutra espaço em Cabanas de Viriato, sem as condições que tinham anteriormente e que de uma situação transitória de cinco ou seis meses, passaram para uma situação de dois anos, pelo que o Presidente da Câmara Municipal também concordaria que o espaço atual não seria o mais adequado para os utentes e serviços da Fundação José Nunes Martins. —————

———De seguida, solicitou informação sobre o processo da empresa Euroralex, sendo certo que o Presidente da Câmara Municipal tinha dito que quando houvesse alguma decisão informaria a Câmara Municipal. —————

———Em relação ao Carnaval, disse concordar com o que foi dito, mas ainda assim e em

trezentos mil euros e os apoios que eram propalados. Compreendia a paixão e a ligação que algumas pessoas tinham para com aquele edifício emblemático, que tinham frequentado como sócios, diretores e também no corpo ativo, onde tinham estado durante muitos anos, o que, naturalmente, não sentia da mesma forma por residir há pouco tempo no Concelho e não ter vivido a intensidade do antigo quartel-sede. _____

_____ Prosseguiu a sua intervenção, para afirmar que era Presidente da Câmara para os bons e maus momentos e, desta forma, não conseguia fingir que não existia um problema para resolver e se, do ponto de vista político, tal postura representava uma farpa pois existiam pessoas que tinham depositado o seu voto na sua lista e não concordavam com o projeto, antevendo arranjar mais inimigos que amigos, mais concretamente por estar a desempenhar o seu papel. _____

_____ Todavia, disse ter uma outra coisa mais importante que tinha a ver com o facto de dormir muito mais tranquilo sabendo que estava a fazer alguma coisa pela reabilitação do antigo quartel-sede. Disse ter sido o único Presidente da Câmara Municipal que ao longo destes últimos anos apresentou um projeto concreto, objetivo e exequível para resolver o problema, tendo-o feito sabendo de antemão que do ponto de vista político, os dividendos poderiam ser mais negativos do que positivos. Mas na vida não podia haver só tática política, teria de haver também atitudes de coragem e a sua prendia-se com a necessidade de apresentar um projeto de reabilitação para aquele espaço, ao contrário de outros em que o objetivo era desgastar o Executivo Camarário em permanência e aproveitar-se politicamente da situação. _____

_____ Disse ter feito muitas diligências tendo em vista a reabilitação do antigo quartel-sede, de uma forma minimamente condigna e rentável, e já todos tinham chegado à conclusão, de acordo com as contas feitas pelo Executivo Camarário do mandato anterior que para arranjar parte do imóvel, ao nível do telhado e da estrutura, tal propósito iria custar

14



na ordem dos seiscentos mil euros, tendo sido, provavelmente, a razão do edifício não ter sido escolhido para o Centro de Acolhimento do Concelho e de se ter optado pelo edifício da antiga escola primária de Vila Meã. Evidenciou o diálogo havido com o Ministro da Administração Interna e com a Secretaria de Estado da Proteção Civil, no concernente a apoios e de ter sido referenciado que não havia comparticipações para a construção de novos quartéis, nomeadamente em municípios com a existência de duas corporações de Bombeiros e quatro EIP – Equipas de Intervenção Permanente, como era o caso de Carregal do Sal, mas acreditava que se podia voltar a bater à porta da Proteção Civil. ———

——— Posteriormente, dirigiu-se à Secretaria de Estado da Habitação e porque as opções políticas governamentais são no sentido de proceder à reabilitação de edifícios antigos, a proposta de reabilitação do imóvel para esse fim teve todo o cabimento. Referiu existir, no Concelho, falta de habitação e que apesar de não existir nenhum estudo para o efeito, as evidências apontavam nesse sentido, inexistindo casas ou frações para arrendamento. Disse ser essa a realidade concelhia, sendo certo que relativamente ao projeto se existiam pessoas que não concordavam também eram muitas as que entendiam o projeto como uma mais valia para a dignificação do imóvel e para colmatar carências atuais. E existindo pessoas que vêm para a praça pública e para o *facebook* escrever que o projeto seria uma má solução, são algumas dessas pessoas que mandavam mensagens a perguntar em que termos e condições são elegíveis para se candidatarem aos apartamentos. ———

——— Concluiu esta parte da sua intervenção para reiterar que dormia extremamente tranquilo, porque estava a tentar resolver um problema. Se se entender que ainda possa existir uma medida para algo relacionado com a Proteção Civil, isso seria o ideal, mas a verdade é que à data atual as medidas para o efeito não permitiam a intervenção no edifício. Disse ir tentar também através da Federação dos Bombeiros ou da Liga dos Bombeiros, a possibilidade de constituir um espaço para formação, salas de formação e

outras valências, mas o espaço era demasiado grande para esse propósito, a menos que se pensasse em duas soluções. O apoio logístico também se equacionou, mas seria apenas uma sala para dar apoio, porque não seria possível colocar as viaturas no local, como por exemplo, uma buldozer, para além da operacionalidade, pelo que não faria sentido e não era aceitável, nesta primeira abordagem, construir um Centro de Apoio Logístico de Proteção Civil num lado e as viaturas estarem noutro lado. Se lhe perguntassem se o projeto que se pretendia viabilizar era o que mais desejaria para aquele espaço, a resposta provavelmente seria pela negativa, mas a verdade é que já existiam salas para atividades culturais e a quantidade de festas não era muito considerável, pelo que o investimento significativo a fazer no imóvel não seria de todo rentável e amortizável. —

——— Contudo, perante a paixão que o imóvel em causa suscitava, disse ser sensível, o que tinha, desde logo, manifestado na reunião da Assembleia Geral, ao referir que o empenho que dedicava no sentido de resolver este problema da forma como estava a ser apresentado para o projeto de arrendamento a preços acessíveis, também o teria para um outro fim desde que rentável e exequível, sendo certo, no entanto, que não conseguia viver apenas de história e não desejaria assistir impávido à degradação continuada do imóvel, até que o mesmo eventualmente acabe por ruir e cair, podendo gerar responsabilidades quer para a Associação Humanitária, quer para a Câmara Municipal, mormente do Presidente. —————

——— Disse não ser uma decisão fácil, mas achava que a solução apresentada era a possível, apesar de poder ser melhorada e que ajudava a resolver o problema de habitação no Concelho de Carregal do Sal, o que iria dignificar a memória do edifício, através da manutenção da fachada e do hall de entrada. —————

——— Clarificando, reafirmou que dormia tranquilo, dormiria mal se nada estivesse a fazer para resolver um problema que precisava de resolução e com todas as críticas que

com os espaços verdes que iriam ser feitos, com varandas nos apartamentos, o projeto iria ser manifestamente agradável e atrativo. _____

_____ Quanto à situação da ARCA – Associação Recreativa e Cultural de Alvarelos informou que não tinha sido convocado e não tinha confirmado qualquer presença, desconhecendo se iria ser realizada outra reunião da Assembleia Geral. _____

_____ *Vice-Presidente da Câmara Municipal.* _____

_____ A Vice-Presidente da Câmara Municipal, Maria Izabel Ferreira Antunes d’Azevedo da Silva, usou da palavra para esclarecer que o programa de arrendamento acessível era completamente diferente do programa e do regime de arrendamento apoiado. Ou seja, o regime de arrendamento apoiado era social e o arrendamento acessível era para pessoas que não encontravam arrendamento e poderiam fazê-lo a custos mais baixos, mas não era social. Outra coisa que queria acrescentar, em resposta à Vereadora Cristina Borges, foi de que a Câmara Municipal estava a privilegiar a distribuição da habitação para agregados familiares carenciados; por todas as localidades do Concelho de Carregal do Sal, existindo o levantamento de vinte e seis agregados já sinalizados para habitações sociais, agregados esses que estavam a viver em condições indignas e sobre esses casos já se estavam a fazer as aquisições de imóveis, nos termos em que tinha sido dado conhecimento nas reuniões de Câmara Municipal e que constava da Estratégia Local de Habitação, numa fase inicial oito e agora eram, para já, vinte e seis. _____

_____ Reafirmou que o que se pretendia para o antigo quartel sede da Associação Humanitária dos Bombeiros voluntários de Carregal do Sal era o programa de arrendamento acessível, e não, como por vezes se veiculava, arrendamento social. _____

_____ *Vereador José Dias Batista.* _____

_____ O Vereador José Dias Batista usou da palavra para usar da palavra e afirmar que iria tentar ser o mais racional possível, falando mais com a razão do que com o coração.

que, por vezes, a memória das pessoas era seletiva e só se recordavam do que interessava.–

——— *Presidente da Câmara Municipal.* —————

——— O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para reforçar e recordar que não tinha sido só o Presidente da Assembleia Geral, Dr. Óscar Paiva, que tinha andado a contar os votos, tendo-o feito, também, o sócio José Luís Chaves, que acabou por não exercer o seu direito de voto, tendo no final confrontado a contagem e tendo dado certo. —————

——— Recordou que houve sócios que saíram e voltaram a entrar, não tendo sido razoável e justo que tivesse sido dito, pelo sócio Rogério Abrantes, ao Presidente da Assembleia que se ele não sabia dirigir uma assembleia que se fosse embora e depois voltou. —————

——— *Vereador Manuel António Tavares Santos.* —————

——— O Vereador Manuel António Tavares Santos usou da palavra para referir que tinha presenciado a entrada de pessoas pela porta de trás, por volta da meia noite e no decurso da reunião da Assembleia Geral, não compreendendo porque é que o número de votantes no início da reunião não era o mesmo número de votantes no final, pelo que entendia que os trabalhos não tinham sido bem conduzidos. —————

——— *Vereador José Dias Batista.* —————

——— O Vereador José Dias Batista usou da palavra para, relativamente ao assunto da reunião da Assembleia Geral da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Carregal do Sal, afirmar que os três elementos do Executivo Camarário em permanência, que estiveram presentes, são sócios e quando o presidente da Assembleia Geral lançou a ideia de continuar a reunião noutro dia, foi o próprio plenário a manifestar-se de que a reunião deveria ser naquele dia. —————

——— *Vereador Manuel António Tavares Santos.* —————



_____ *Ang* _____

_____O Vereador Manuel António Tavares Santos usou da palavra para reforçar a ideia da má condução dos trabalhos, referindo que quando colocada em votação uma proposta apresentada pelo sócio Fernando Alves, de adiamento da reunião, foi anunciado o número de votos contra, as abstenções e nada foi dito sobre os votos a favor, tendo sido dito apenas que a proposta apresentada à Mesa tinha sido rejeitada. _____

_____Prosseguiu a sua intervenção para referir que o que pretendia dizer era de que teria de haver coerência no que se passou e as pessoas teriam sempre o direito de serem corretamente informadas. _____

_____ *Vereadora Ana Cristina Silva Sousa Borges.* _____

_____A Vereadora Ana Cristina Silva Sousa Borges usou da palavra para afirmar que entendia que o processo deveria ser o mais transparente e correto possível e a votação pelo que tinha entendido foi de braço no ar, pelo que perante a situação em apreço seria aconselhada a votação por escrutínio secreto, na medida em que a situação era polémica, por si só; teria sido aconselhável transformá-la num ato mais transparente para todos e assim não restariam dúvidas. _____

_____ *Presidente da Câmara Municipal.* _____

_____O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para afirmar que apesar de se ter apercebido que tinha havido sócios que tinham votado em consciência, também se tinha apercebido do insurgimento de outros sócios contra quem tinha votado a favor da cedência do imóvel e do protocolo. Concretizou, afirmando que teve sócios que lhe tinham transmitido que se enganaram na votação e teve um, inclusive, que na reunião da Assembleia Geral fez uma intervenção a apelar à razão e não ao coração e que na votação só por engano terá votado contra. _____

_____ *Vereadora Ana Cristina Silva Sousa Borges.* _____

_____A Vereadora Ana Cristina Silva Sousa Borges usou da palavra para solicitar um

esclarecimento relativamente à intervenção do Presidente da Câmara, quando abordou a reunião com o Ministro da Administração Interna e Secretária de Estado da Proteção Civil, referente a uma estrutura que iria servir os municípios de Nelas e Santa Comba Dão. —————

————— *Presidente da Câmara Municipal.* —————

—————O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para referir que tinha dado nota sobre o apoio logístico, capacitação e formação, sendo que numa primeira análise não era exequível ter no antigo quartel sede a formação e depois colocar as máquinas e equipamentos num outro sítio. Isso pode não merecer aprovação, na medida em que o Centro Operacional de Proteção Civil teria de estar num único local e integrar todas as valências e funcionalidades e o antigo quartel não tinha dimensões para esse efeito, não reunindo as condições de operacionalidade. —————

————— *Vereadora Ana Cristina Silva Sousa Borges.* —————

—————A Vereadora Ana Cristina Silva Sousa Borges usou da palavra para afirmar que o edifício em causa tinha uma área significativa e a ideia da formação seria bastante importante, parecendo-lhe interessante a sua concretização no antigo quartel sede. —————

————— *Presidente da Câmara Municipal.* —————

—————O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para reafirmar, de novo, que o Centro Operacional de Proteção Civil tinha que possuir três valências incorporadas: apoio logístico, formação e capacitação, não sendo exequível para já no imóvel em causa. —————

—————Ao dar por encerrado este tema, completou as respostas às questões suscitadas, referindo que: —————

—————O protocolo com a Sousa Mendes Foundation tinha tido uma primeira versão, que tinha sido entregue, aguardando-se pelo *feedback*, pelo que logo que tivesse uma resposta o enviaria para os membros da Câmara Municipal para contributos. —————



_____ *A* _____

_____ Quanto à ARCA – Associação Recreativa e Cultural de Alvarelos afirmou que nada tinha a ver com o que se tinha passado na reunião da Assembleia Geral. A Câmara Municipal tinha-se pronunciado favoravelmente sobre contrapartidas que a Direção tinha apresentado, nomeadamente sobre a prorrogação do comodato da ex-escola primária e jardim de infância por mais vinte anos e da possibilidade da Câmara Municipal arranjar um espaço alternativo à escola e jardim, caso o edifício retornasse à posse do Município de Carregal do Sal. _____

_____ A responsabilidade da deliberação de rejeição por parte da Assembleia Geral era dos seus sócios, sendo que a Associação Recreativa e Cultural de Alvarelos teria de decidir o que pretendia no futuro, não sendo razoável ficar com os dois edifícios, face à necessidade de espaços para outras coletividades. Disse ser do seu conhecimento que era intenção da Associação Recreativa e Cultural de Alvarelos reunir outra vez em Assembleia Geral, desconhecendo o dia e hora, não existindo nenhum compromisso para estar presente. _____

_____ Concluiu esta parte da sua intervenção para afirmar que lhe parecia que era forte a influência de alguém dos Estados Unidos da América neste caso e também no caso dos Bombeiros Voluntários e as pessoas decidiriam aquilo que tiverem para decidir. _____

_____ *Vereador Manuel António Tavares Santos.* _____

_____ O Vereador Manuel António Tavares Santos usou da palavra para afirmar que o que tinha dito tinha sido veiculado nas redes sociais, tendo, entretanto, desaparecido, intervenção que foi corroborada pelo Vereador José Dias Batista. _____

_____ *Presidente da Câmara Municipal.* _____

_____ O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, retomou a sua intervenção para confirmar que não tinha tido esse tipo de conversa com diretores da ARCA e que não estava nem iria a qualquer reunião. Tinha sido, isso sim,

informado da deliberação havida na reunião da Assembleia Geral e da predisposição da ARCA de marcar uma nova reunião. _____

_____ Sobre a Fundação José Nunes Martins disse que não tinha dados novos, o que sabia era que o empreiteiro adjudicatário iria apresentar um novo orçamento, por causa de alguns trabalhos a mais para regularização e sustentabilidade de pilares que não se encontravam sólidos e que assim não ofereciam segurança, pelo que iria solicitar a realização de uma reunião para saber se o empreiteiro adjudicatário tinha ou não condições para concluir a empreitada até junho próximo ou então teria de sair da obra. _____

_____ Quanto ao processo da Euroralex não tinha mais nada para informar, o processo encontrava-se no Ministério Público, sendo que a última ação havida tinha sido promovida por uma sociedade de advogados da empresa a solicitar alguns documentos e esclarecimentos, tendo a Câmara Municipal prestado prontamente os esclarecimentos devidos. _____

_____ De seguida, o Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, deu por encerrado este ponto da ordem do dia. _____

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

DELEGAÇÃO E SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

_____ (0052/20230209) 2. INFORMAÇÕES. _____

_____ A Câmara Municipal tomou conhecimento dos processos decididos, nos termos da relação presente na reunião, que fica arquivada junto da respetiva documentação, tendo constatado que: _____

_____ *Balcão Multisserviços.* _____

_____ *(Documento registado nos serviços camarários, em 2023/02/01, sob o n.º 663).* _____

_____ Deferidos nos termos do regime jurídico de urbanização e edificação – doze processos. _____



FINANÇAS MUNICIPAIS

(0053/20230209) 3. APRECIÇÃO DOS RESPECTIVOS DOCUMENTOS.

Foram presentes, na reunião, os resumos diários de tesouraria (vinte e cinco), referentes ao dia três de fevereiro de dois mil e vinte e três, que apresentavam os seguintes saldos:-

Na Conta Geral da Câmara: em cofre – €4 049,38 (quatro mil e quarenta e nove euros e trinta e oito cêntimos); depositados na Caixa Geral de Depósitos, Banco Millennium BCP, Crédito Agrícola, Banco Santander Totta, Novo Banco, BIG e BPI, a quantia de €2 682 724,47 (dois milhões, seiscentos e oitenta e dois mil, setecentos e vinte e quatro euros e quarenta e sete cêntimos); o que perfaz um total de €2 686 773,85 (dois milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, setecentos e setenta e três euros e oitenta e cinco cêntimos).

Na Conta de Operações de Tesouraria: em cofre – €264,30 (duzentos e sessenta e quatro euros e trinta cêntimos); depositados na Caixa Geral de Depósitos e no Crédito Agrícola, em Carregal do Sal, a quantia de €210 255,25 (duzentos e dez mil, duzentos e cinquenta e cinco euros e vinte e cinco cêntimos); o que perfaz um total de €210 519,55 (duzentos e dez mil, quinhentos e dezanove euros e cinquenta e cinco cêntimos);

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO OBRAS PARTICULARES

COMPROPRIEDADES

(0054/20230209) 4. CERTIFICAÇÃO DE COMPROPRIEDADE DE PRÉDIO RÚSTICO, ARTIGO N.º 7231, DA FREGUESIA DE CARREGAL DO SAL. EMISSÃO DE PARECER AO ABRIGO DO ARTIGO 54.º DA LEI N.º 91/95, DE 02 DE SETEMBRO (REDAÇÃO ATUAL). ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL.

Foi presente, na reunião, o processo supramencionado, que se encontrava

capeado com a informação dos serviços, datada de seis do corrente mês e ano, registada sob o número setecentos e quarenta e nove. _____

———O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz usou da palavra para dar as explicações tidas por adequadas à boa compreensão do tema em referência, mostrando-se disponível para prestar esclarecimentos complementares se tal fosse necessário. _____

———A Câmara Municipal analisou em pormenor este assunto e, decorrida votação nominal, deliberou por unanimidade concordar e aprovar a proposta apresentada, deferindo o pedido formulado por António Correia, referente ao prédio rústico localizado no Vale dos Alambiques, Freguesia e Concelho de Carregal do Sal, inscrito sob o número sete mil duzentos e trinta e um. _____

———Mais deliberou autorizar a emissão de certidão de compropriedade, sendo certo que o prédio continuará indiviso e com fundamento nas respetivas disposições da lei número noventa e um barra noventa e cinco, de dois de setembro (redação atual), não pode resultar qualquer parcelamento físico da propriedade, nem configurar qualquer direito de constituir ou dividir em lotes para a construção, em violação do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco, de dezasseis de dezembro, na sua redação atual. _____

———**AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO SOCIAL**———

———***CPCJ***———

———(0055/20230209) 5. RELATÓRIO DA ATIVIDADE DA CPCJ DE CARREGAL DO SAL, ANO DE 2022. CONHECIMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL. _____

———*(Documento registado nos serviços camarários, em 2023/01/31, sob o n.º 621).* ——

———Foi presente, na reunião, o processo supramencionado. O Presidente da Câmara, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz deu a palavra à Vice-Presidente da Câmara, Maria



14

Izabel Ferreira Antunes d'Azevedo da Silva, para fazer a apresentação pormenorizada do ponto em apreço, no concernente à atividade do ano de dois mil e vinte e dois da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Carregal do Sal, o que foi feito com base no Sumário Executivo – Relatório de Atividades. _____

_____ A Câmara Municipal tomou conhecimento _____

_____ **6. *TARIFÁRIO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E ÁGUAS RESIDUAIS PARA FAMÍLIAS CARENCIADAS*** _____

_____ (0056/20230209) 6.1 DOCUMENTO REGISTADO SOB O N.º 737. INFORMAÇÃO DOS SERVIÇOS. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL. _____

_____ (*Documento registado nos serviços camarários, em 2023/01/24, sob o n.º 737*). _____

_____ Foi presente, na reunião, o processo supramencionado, que se encontrava capeado com a informação dos serviços número cinco, datada de três do corrente mês e ano, registada sob o número setecentos e dois. _____

_____ O Presidente da Câmara, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para dar as explicações tidas por adequadas à boa compreensão do tema em referência, remetendo esclarecimentos adicionais para o conteúdo da documentação que tinha sido previamente disponibilizada. _____

_____ A Câmara Municipal analisou em pormenor este assunto e, decorrida votação nominal, deliberou por unanimidade deferir o pedido formulado por Maria Tereza Lourenço Campos, referente aos benefícios do tarifário social a famílias carenciadas, por, no caso em apreço, estarem reunidos os requisitos a que alude o número seis do artigo sexagésimo primeiro do Regulamento e Tabela de Taxas, Licenças e Prestação de Serviços em vigor e bem assim da prática seguida para pedidos similares, ficando a sua manutenção condicionada à regulamentação que vier a ser elaborada e aprovada pela AINTAR - Associação de Municípios para o Sistema Intermunicipal de Águas Residuais de Carregal

do Sal, Santa Comba Dão, Tábua e Tondela. _____

_____ (0057/20230209) 6.2 DOCUMENTO REGISTADO SOB O N.º 800. INFORMAÇÃO DOS SERVIÇOS. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL. _____

_____ *(Documento registado nos serviços camarários, em 2023/01/26, sob o n.º 800).* _____

_____ Foi presente, na reunião, o processo supramencionado, que se encontrava capeado com a informação dos serviços número quatro, datada de três do corrente mês e ano, registada sob o número setecentos e um. _____

_____ O Presidente da Câmara, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para dar as explicações tidas por adequadas à boa compreensão do tema em referência. _____

_____ A Câmara Municipal analisou em pormenor este assunto e, decorrida votação nominal, deliberou por unanimidade deferir o pedido formulado por António Jesus Pinto da Silva, referente aos benefícios do tarifário social a famílias carenciadas, por, no caso em apreço, estarem reunidos os requisitos a que alude o número seis do artigo sexagésimo primeiro do Regulamento e Tabela de Taxas, Licenças e Prestação de Serviços em vigor e bem assim da prática seguida para pedidos similares, ficando a sua manutenção condicionada à regulamentação que vier a ser elaborada e aprovada pela AINTAR - Associação de Municípios para o Sistema Intermunicipal de Águas Residuais de Carregal do Sal, Santa Comba Dão, Tábua e Tondela. _____

_____ (0058/20230209) 6.3 DOCUMENTO REGISTADO SOB O N.º 971. INFORMAÇÃO DOS SERVIÇOS. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL. _____

_____ *(Documento registado nos serviços camarários, em 2023/02/01, sob o n.º 971).* _____

_____ Foi presente, na reunião, o processo supramencionado, que se encontrava capeado com a informação dos serviços número seis, datada de três do corrente mês e ano, registada sob o número setecentos e três. _____

_____ O Presidente da Câmara, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra



_____ *Paulo* _____

para dar as explicações tidas por adequadas à boa compreensão do tema em referência. —

—A Câmara Municipal analisou em pormenor este assunto e, decorrida votação nominal, deliberou por unanimidade deferir o pedido formulado por Maria de Lurdes Bernardo Fernandes, referente aos benefícios do tarifário social a famílias carenciadas, por, no caso em apreço, estarem reunidos os requisitos a que alude o número cinco do artigo sexagésimo primeiro do Regulamento e Tabela de Taxas, Licenças e Prestação de Serviços em vigor e bem assim da prática seguida para pedidos similares, ficando a sua manutenção condicionada à regulamentação que vier a ser promovida pela AINTAR - Associação de Municípios para o Sistema Intermunicipal de Águas Residuais de Carregal do Sal, Santa Comba Dão, Tábua e Tondela. _____

—(0059/20230209) 6.4 DOCUMENTO REGISTADO SOB O N.º 1029. INFORMAÇÃO DOS SERVIÇOS. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL. _____

—(*Documento registado nos serviços camarários, em 2023/02/02, sob o n.º 1029*). —

—Foi presente, na reunião, o processo supramencionado, que se encontrava capeado com a informação dos serviços número sete, datada de três do corrente mês e ano, registada sob o número setecentos e quatro. _____

— O Presidente da Câmara, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para dar as explicações tidas por adequadas à boa compreensão do tema em referência. —

—A Câmara Municipal analisou em pormenor este assunto e, decorrida votação nominal, deliberou por unanimidade deferir o pedido formulado por Maria de Lurdes Garcia Simões Tavares, referente aos benefícios do tarifário social a famílias carenciadas, por, no caso em apreço, estarem reunidos os requisitos a que alude o número seis do artigo sexagésimo primeiro do Regulamento e Tabela de Taxas, Licenças e Prestação de Serviços em vigor e bem assim da prática seguida para pedidos similares, ficando a sua manutenção condicionada à regulamentação que vier a ser elaborada e aprovada pela

AIN TAR - Associação de Municípios para o Sistema Intermunicipal de Águas Residuais de Carregal do Sal, Santa Comba Dão, Tábua e Tondela. _____

_____ ***ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO*** _____

_____ (0060/20230209) 7. AQUISIÇÃO DE PRÉDIO URBANO NA LOCALIDADE DE FIAIS DA TELHA. INFORMAÇÃO DOS SERVIÇOS. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL. _____

_____ Foi presente, na reunião, o processo supramencionado que se encontrava capeado com a informação dos serviços, datada de três do corrente mês e ano, registada sob o número setecentos e trinta e um. _____

_____ O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para dar as explicações tidas por adequadas à boa compreensão do tema em referência, no que foi complementado pela Vice-Presidente da Câmara, Maria Izabel Ferreira Antunes d’Azevedo da Silva, tendo ficado evidenciado que a aquisição do referido prédio estava diretamente relacionada com o desenvolvimento do projeto da Estratégia Local de Habitação, sobre o qual estava a haver uma convergência de sinergias no sentido de levar a bom porto o mencionado projeto, que é de muita importância para o Concelho e para as respetivas populações. Deu nota do preço acordado para aquisição do prédio urbano que, no caso em apreço, foi no montante de dez mil euros. _____

_____ A Câmara Municipal analisou em pormenor este assunto e, decorrida votação nominal, deliberou por unanimidade concordar e aprovar a aquisição para o Município de Carregal do Sal do artigo urbano inscrito matricialmente sob o número seiscentos e setenta e seis, registado na Conservatória do Registo Predial de Carregal do Sal sob a descrição três mil e setenta e cinco da Freguesia de Oliveira do Conde, de que é proprietária Carla Alexandra Castanheira do Amaral, pelo preço total de dez mil euros. _____

_____ **EDUCAÇÃO E SAÚDE** _____



Ag

CANDIDATURA RE(CRIAR) A BIBLIOTECA

(0061/20230209) 8. CONHECIMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL.

Foi presente, na reunião, o *email* datado de vinte e oito de novembro de dois mil e vinte e dois, emanado da responsável pela Biblioteca do Agrupamento de Escolas de Carregal do Sal, subordinado ao assunto supramencionado, com a alusão a apoios prestados ou a prestar pela Câmara Municipal.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

INDÚSTRIA E ENERGIA

PARQUES INDUSTRIAIS

(0062/20230209) 9. PROCESSO DE LOTEAMENTO N.º 01/2006 - 4.º ADITAMENTO À 5.ª FASE DO PARQUE INDUSTRIAL DE SAMPAIO, REFERENTE AO LOTE N.º 6. RATIFICAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL.

(Documento registado nos serviços camarários, em 2023/02/03, sob o n.º 721).

Foi presente, na reunião, o processo de alteração/terceiro aditamento ao alvará de loteamento número um barra dois mil e seis - quinta fase do Parque Industrial de Sampaio, em Oliveirinha, Freguesia de Oliveira do Conde, Concelho de Carregal do Sal, tendo o mesmo sido amplamente analisado.

O Presidente da Câmara, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, evidenciou que o processo tinha estado em discussão pública, não tinham sido rececionadas quaisquer reclamações e ou sugestões e tinham sido rececionadas declarações de não oposição por parte dos proprietários dos restantes lotes, pelo que estavam reunidas as condições para fosse promovida deliberação de aprovação.

O Executivo Camarário ficou a saber que a alteração incidia sobre o seguinte:

A alteração ao loteamento surge como resposta à regularização da configuração do lote seis e necessidade de um pequeno aumento de área.

———Nesse sentido, esta regularização passou pela redistribuição dos espaços verdes através da permuta de parte de área de lote seis pela integração neste de parte do espaço verde anteriormente definido e inclusão de um novo artigo sob o número novecentos e três, com uma área de 1655m² (mil, seiscentos e cinquenta e cinco metros quadrados). ———

———Após esta reconfiguração de extremas, e conforme era possível verificar nas peças desenhadas anexas, o lote seis passou de 30420m² (trinta mil quatrocentos e vinte metros quadrados) para 32620m² (trinta e dois mil, seiscentos e vinte metros quadrados), através das seguintes operações: —————

———Um – cedência de 1470m² (mil, quatrocentos e setenta metros quadrados) de área integrada no lote seis, para inclusão em área destinada a espaços verdes do loteamento; —

———Dois – integração de 2015m² (dois mil e quinze metros quadrados) de área de espaço verde no seu lote seis; —————

———Três – Anexação do artigo novecentos e três, com a área de 1655m² (mil, seiscentos e cinquenta e cinco) metros quadrados. —————

———Quatro – A área total do terreno a lotear passa de 108400m² (cento e oito mil e quatrocentos metros quadrados) para 110055m² (cento e dez mil e cinquenta e cinco metros quadrados), por anexação do artigo 903 com área de 1655m² (mil seiscentos e cinquenta e cinco metros quadrados); —————

———Cinco – A área loteada passa de 98471m² (noventa e oito mil quatrocentos e setenta e um metros quadrados) para 100671m² (cem mil seiscentos e setenta e um metros quadrados); —————

———Seis – A área total de impermeabilização passa de 49756m² (quarenta e nove mil setecentos e cinquenta e seis metros quadrados) para 50335,50m² (cinquenta mil trezentos e trinta e cinco vírgula cinquenta metros quadrados); —————

———Sete – A área de cedência para espaços verdes passa de 3771m² (três mil



setecentos e setenta e um metros quadrados) para 3226m² (três mil duzentos e vinte e seis metros quadrados), resultantes da diferença entre a área integrada (2015m²) e a área inserida (1470m²), esta última parte integrante do lote; _____

_____Oito – O lote sobre o qual incide a alteração, está inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 4005-P, da Freguesia de Oliveira do Conde e descrito na Conservatória do Registo Predial de Carregal do Sal sob o número 7177/20151109, da Freguesia de Oliveira do Conde, deste Concelho, a favor desta Câmara Municipal de Carregal do Sal. _____

_____A Câmara Municipal analisou em pormenor este assunto e, decorrida votação nominal, deliberou por unanimidade concordar e aprovar o quarto aditamento ao Alvará de Loteamento número um barra dois mil e seis – quinta fase do Parque Industrial de Sampaio, sito em Oliveirinha, Freguesia de Oliveira do Conde, Concelho de Carregal do Sal, nos termos e com os fundamentos atrás descritos, ratificando a decisão entretanto proferida pelo Vereador José Dias Batista, em três de fevereiro de dois mil e vinte e três. _____

_____ **FREGUESIAS** _____

_____ **PROTOS** _____

_____ (0063/20230209) 10. PROJETO “ALDEIAS DE PORTUGAL – CONSOLIDAÇÃO E REPLICAÇÃO NACIONAL”. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL. _____

_____ (*Documento registado nos serviços camarários, em 2023/01/27, sob o n.º 871*). _____

_____ Foi presente, na reunião, a minuta do protocolo referente ao projeto “Aldeias de Portugal – Consolidação e Replicação Nacional”. _____

_____ O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para dar as explicações tidas por adequadas à boa compreensão do tema em referência, remetendo esclarecimentos adicionais para o conteúdo do documento ora referido que a seguir se transcreve: _____

_____ **“Protocolo** _____

—————É estabelecido entre:—————

—————A ADICES – Associação de Desenvolvimento Local, pessoa coletiva nº 502 573 430, com sede na Avenida General Humberto Delgado, Nº 19, 3440-325 Santa Comba Dão, neste ato representada pelo seu Presidente da Direção, Ricardo Sérgio Pardal Marques;—————

—————O Município de Águeda, pessoa coletiva 501 090 436, com sede na Praça do Município, 3475-500 Águeda, neste ato representado pelo seu Presidente Jorge Henrique Fernandes de Almeida;—————

—————O Município de Carregal do Sal, pessoa coletiva 506 684 920, com sede na Praça do Município, 3430-167 Carregal do Sal, neste ato representado pelo seu Presidente Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz;—————

—————O Município de Mortágua, pessoa coletiva 506 855 368, com sede na Rua Dr. João Lopes de Moraes, 3450-153 Mortágua, neste ato representado pelo seu Presidente Ricardo Sérgio Pardal Marques;—————

—————O Município de Santa Comba Dão, pessoa coletiva 506 637 441, com sede na Largo do Município, 13, 3440-337 Santa Comba Dão, neste ato representado pelo seu Presidente, Dr. Leonel José Antunes Gouveia;—————

—————O Município de Tondela, pessoa coletiva 506 862 680, com sede na Largo da República, neste ato representado pela sua Presidente, Eng^a Fátima Carla Dias Antunes Borges. —————

—————É celebrado e reciprocamente aceite o presente protocolo que pretende operacionalizar iniciativas no contexto da estratégia de desenvolvimento do território de intervenção da ADICES, mais concretamente no projeto “Aldeias de Portugal – Consolidação e Replicação Nacional”, projeto cofinanciado pela União Europeia, ao abrigo do Fundo Agrícola para o Desenvolvimento Rural – A Europa investe nas zonas rurais. Através do Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020, registado com o código de



Operação N° PDR2020-10.3.1-FEADER-053975, no âmbito da Medida 10.3 Cooperação Interterritorial e Transnacional dos Grupos de Ação Local, que se rege nos termos das condições definidas nas cláusulas seguintes:_____

_____ **Cláusula 1ª** _____

_____ **Objetivos** _____

_____ O presente protocolo tem por objetivo articular a intervenção das entidades signatárias promovendo a definição, organização e concretização conjunta de iniciativas relevantes para boa concretização do projeto “Aldeias de Portugal – Consolidação e Replicação Nacional”, com o código de Operação N° PDR2020-10.3.1-FEADER-053975. _____

_____ **Cláusula 2ª** _____

_____ **Área de Abrangência** _____

_____ O projeto tem implementação nos concelhos de Águeda, Carregal do Sal, Mortágua, Santa Comba Dão e Tondela, e incidência nas freguesias de: Macinhata do Vouga, Marmeleira, Oliveira do Conde, Marmeleira, Couto do Mosteiro e Jueus, respetivamente. _____

_____ **Cláusula 3ª** _____

_____ **Obrigações das partes** _____

_____ As partes comprometem-se a colaborar e cooperar na construção de iniciativas relevantes para a prossecução dos objetivos estabelecidos neste protocolo e neste caso, mais concretamente, com a comparticipação financeira e colocação das placas de sinalização/identificação e denominação de “Aldeias de Portugal” nas aldeias certificadas e reconhecidas: Macinhata do Vouga, Marmeleira, Oliveira do Conde, Marmeleira, Couto do Mosteiro e Jueus, no âmbito desta operação. _____

_____ **Cláusula 4ª** _____

_____ **Comparticipação financeira** _____

—Tendo em conta o previsto na clausula anterior, os cinco municípios subscritores deste protocolo comprometem-se a compartilhar individualmente esta candidatura com o montante correspondente ao custo do número de placas de identificação e sinalização necessária para cada aldeia, nos montantes abaixo indicados:—

Concelho	Aldeia	Quantidade/Placas	Valor a pagar
Águeda	Macinhata do Vouga	8	2 147.58 €
Carregal do Sal	Oliveira do Conde	1	322.26 €
Mortágua	Marmeleira	4	1 043.04 €
Santa Comba Dão	Couto do Mosteiro	3	843.78 €
Tondela	Jueus	2	583.02 €

—**Cláusula 5ª**—

—**Alterações ao Protocolo**—

—O presente protocolo poderá sofrer alterações ao seu clausurado a todo o tempo, por sugestão das entidades parceiras, desde que estas sejam previamente discutidas em reunião e aprovadas por unanimidade. As alterações ao protocolo deverão constar de Adenda, devidamente assinada por todas as entidades parceiras.—

—**Cláusula 6ª**—

—**Duração e Vigência**—

—O presente protocolo é válido a partir da data da sua assinatura e vigorará até ao encerramento da Operação.—

—Santa Comba Dão, 03 outubro de 2022—

—Pela ADICES—

—Ricardo Sérgio Pardal Marques—

—O Município de Águeda—

—Jorge Henrique Fernandes de Almeida—



_____ *Amf* _____

_____ O Município de Carregal do Sal _____

_____ Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz _____

_____ O Município de Mortágua _____

_____ Ricardo Sérgio Pardal Marques _____

_____ O Município de Santa Comba Dão _____

_____ Leonel José Antunes Gouveia _____

_____ O Município de Tondela _____

_____ Fátima Carla Dias Antunes Borges" _____

_____ A Câmara Municipal analisou em pormenor este assunto e, decorrida votação nominal, deliberou por unanimidade concordar e aprovar a minuta protocolo referente ao projeto "Aldeias de Portugal – Consolidação e Replicação Nacional", nos termos apresentados e atrás transcritos. _____

_____ **CULTURA DESPORTO E TEMPOS LIVRES E OUTROS** _____

_____ ***APOIOS*** _____

_____ (0064/20230209) 11. ADIANTAMENTO DE SUBSÍDIO. PEDIDO FORMULADO PELA ASSOCIAÇÃO DO CARNAVAL DE CABANAS DE VIRIATO. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL. _____

_____ *(Documento registado nos serviços camarários, em 2023/02/06, sob o n.º 1114).* _____

_____ Foi presente, na reunião, o processo em apreço, que se encontrava capeado com o *email* datado de seis do corrente mês e ano, emanado da Associação do Carnaval de Cabanas de Viriato. _____

_____ O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para dar as explicações tidas por adequadas à boa compreensão do tema em referência, no que foi complementado pela Vice-Presidente da Câmara, Maria Izabel Ferreira Antunes d’Azevedo da Silva. _____

—A Câmara Municipal analisou em pormenor este assunto e, decorrida votação nominal, deliberou por unanimidade autorizar o adiantamento do montante de €10 000,00 (dez mil euros), tendo por base o subsídio atribuído para o ano de dois mil e vinte e dois, à Associação do Carnaval de Cabanas de Viriato. —

—**INSTRUMENTOS DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA**—

—**MAPA DE DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL**—

—(0065/20230209) 12. PROPOSTA DE APROVAÇÃO DO MAPA DE DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL RELATIVO AO ANO ECONÓMICO DE 2022 E CORRESPONDENTE SALDO DA GERÊNCIA A TRANSITAR PARA O ANO DE 2023. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL. —

—(*Documento registado nos serviços camarários, em 2023/02/03, sob o n.º 1053*). —

—Foi presente, na reunião, o processo supramencionado, que se encontrava capeado com a informação dos serviços número quatro, datada de três do corrente mês e ano. —

—O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida usou da para dar as explicações tidas por adequadas à boa compreensão dos documentos em análise. —

—A Câmara Municipal analisou em pormenor este assunto e, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por maioria, com três votos a favor do Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, da Vice-Presidente Maria Izabel Ferreira Antunes d’Azevedo da Silva, do Vereador José Dias Batista e com duas abstenções da Vereadora Ana Cistina Silva Sousa Borges e do Vereador Manuel António Tavares Santos, o Mapa de “Demonstração do Desempenho Orçamental” para efeitos de integração do Saldo de Gerência, nos termos apresentados e que se encontrava junto à proposta da Primeira Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano do ano de dois mil e vinte e três, que será presente à Assembleia Municipal. —



Ag

———— **MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO** ————

———— (0066/20230209) 13. 1.^a REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DO ANO DE 2023. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL. ————

———— *(Documento registado nos serviços camarários, em 2023/02/07, sob o n.º 790).* ————

———— Foi presente, na reunião, a informação dos serviços número cinco barra dois mil e vinte e três, datada sete do corrente mês e ano, subordinada ao assunto supramencionado, que capeava a proposta da Primeira Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) do ano de dois mil e vinte e três. ————

———— O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para apresentar este ponto da ordem do dia e fazer o enquadramento, tendo em conta a informação aprestada que é do seguinte teor: ————

———— **“Assunto: Proposta de 1.^a Revisão ao Orçamento e GOP/2023.** ————

———— Exmo. Senhor Presidente, ————

———— O Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, doravante designado SNC-AP, revoga o Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL) e suas posteriores alterações, com exceção dos pontos 2.9, 3.3 e 8.3.1, relativos, respetivamente, ao Controlo Interno, às Regras Previsionais e às Modificações do Orçamento. Por seu lado, a Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do SNC-AP define Alterações Orçamentais como *“um instrumento de gestão orçamental que permite a adequação do orçamento à execução orçamental ocorrendo a despesas inadiáveis, não previsíveis ou insuficientemente dotadas, ou receitas imprevistas. As alterações orçamentais podem ser modificativas ou permutativas, assumindo a forma de inscrição ou reforço, anulação ou diminuição ou crédito especial”*. ————

———— Assim, suportada pelo referido enquadramento legal e cumprida a prerrogativa

legal de se encontrar devidamente aprovado o mapa de Demonstração de Desempenho Orçamental relativa à gerência do ano anterior, **propõe-se a aprovação da 1.ª Revisão ao Orçamento e GOP/2023, com o fim principal de integração do saldo da gerência da execução orçamental do ano económico de 2022.** _____

_____ **Assim, dos movimentos contabilísticos que constituem a presente alteração orçamental modificativa e que se encontram presentes nos mapas em anexo, são de destacar:** _____

_____ **Na Receita:** _____

_____ Incorporação do Saldo da Gerência Anterior (SGA) de natureza orçamental, no total de 2.477.321,26€, dos quais 300.000,00€ consignados à gestão e funcionamento da Casa do Passal _____

_____ Diminuição do valor de 119.981,00€, derivada da desistência do projeto “Condomínio de Aldeia”; _____

_____ Diminuição do valor de 490.370,00€, por desistência do empréstimo até ao montante de 680.600,00€ destinado ao projeto “Ciclovía Aristides Sousa Mendes – O Caminho da Esperança”, verba aquela que se esperava utilizar no ano de 2023, diminuindo-se os restantes 190.230,00€ no ano de 2024; _____

_____ Resulta dos movimentos descritos um aumento de 1.786.970,26€ no Orçamento da Receita do ano de 2023, fixando o seu total no valor de 19.299.008,26€, e uma diminuição de 190.230,00€ na previsão da Receita de anos futuros. _____

_____ **Na Despesa:** _____

_____ Reposição de valores em rubricas económicas subdotadas em Orçamento inicial, ajustando-os aos compromissos da entidade e projetos a desenvolver até final do ano; _____

_____ Reforço de rubricas de despesa decorrentes dos novos preços de mercado, de que são exemplo os encargos das instalações (água, energia, gás) e material de escritório; _____



_____ *Amg* _____

_____Ajustamento dos montantes necessários para o serviço de seguros, devido em especial ao aumento da massa salarial anual decorrente da transferência de competências nas áreas da educação e da saúde;_____

_____Reforço de verba para contratos de avença para fazer face a situações pontuais e transitórias sinalizadas pelos serviços. _____

_____Em **GOP**: _____

_____Reforço de dotações para aquisição de bens e serviços, nomeadamente equipamento e software informático, programação cultural municipal, resíduos sólidos urbanos, exploração de sistema e iluminação pública; _____

_____Abertura de novo projeto relativo a equipamento multifunções de apoio às atividades municipais, com financiamento a definir, pendente de aprovação de candidatura a contrato-programa; _____

_____Na Educação, reforço da requalificação e melhoria do parque escolar, com vista à elaboração de projeto de intervenção na Escola Secundária de Carregal do Sal. Foram reforçadas as dotações de transportes e refeições escolares, ajustando-as às quantidades e novos preços de mercado; _____

_____Reforço do projeto relativo à requalificação da via confinante à Praça da República em Carregal do Sal, face a possível modificação da intervenção a efetuar; _____

_____Reforço da verba destinada à construção de habitação colaborativa, de forma a permitir a elaboração do seu projeto final. A candidatura a financiamento PRR foi recentemente aprovada, e os valores dela resultantes serão inscritos em Orçamento da Receita e GOP logo que exista previsão da sua execução física e temporal; _____

_____Reforço de verbas para aquisição de materiais de aplicação por administração direta em passeios, muros, arruamentos, águas residuais, águas pluviais e rede de abastecimento de água, face ao aumento exponencial do custo dos materiais; _____

———Abertura do novo projeto Musealização da Casa do Passal, dotando-se das verbas necessárias à sua execução por via de aquisição de serviços e de protocolo de cooperação. Estes reforços são a concretização do protocolo de gestão e funcionamento daquele imóvel, com as classificações económicas adequadas, para o qual existem verbas consignadas; _____

———O projeto Ciclovia Aristides Sousa Mendes – O Caminho da Esperança, foi diminuído do financiamento que lhe estava definido nos anos 2023 e 2024 por recurso a empréstimo bancário, por decisão de desistência deste; _____

———Reforço do montante destinado ao investimento indireto, através de associações desportivas e recreativas; _____

———Reabertura do projeto relativo ao Estádio Nossa Sr.^a das Febres, dotando-o do valor previsto para revisão de preços; _____

———Retirada da dotação definida para o projeto Condomínios da Aldeia, por desistência do mesmo; _____

———Reforço do projeto referente a comunidades de energias renováveis, para elaboração de estudos; _____

———Da totalidade de movimentos modificativos efetuados resulta um orçamento da Despesa do ano de 2023 equilibrado com a Receita, no total de 19.299.008,26€. _____

———A 1.^a Revisão ao Orçamento e GOP/2023 cifra-se, portanto, nos seguintes valores: —

———Orçamento da Receita: _____

———Reforços: 2.477.321,26€; _____

———Diminuições: 610.351,00€; _____

———Anos seguintes, diminuições 190.230,00€. _____

———Orçamento da Despesa: _____

———Reforços: 2.563.839,26€; _____



Amf

_____ Diminuições: 696.869,00€. _____

_____ Grandes Opções do Plano: _____

_____ Reforços: 1.111.181,00€; _____

_____ Diminuições: 708.869,00€; _____

_____ Anos seguintes, reforços: 737.230,00€; _____

_____ Anos seguintes, diminuições: 190.230,00€ _____

_____ É tudo que se pode informar acerca do assunto. _____

_____ V. Ex.^a superiormente decidirá. _____

_____ À consideração de V.^a Ex.^a _____

_____ O Chefe da Divisão Financeira e Património _____

_____ António J. M. Martins." _____

_____ Findo o período de apreciação, a Câmara Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por maioria, com três votos a favor do Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, da Vice-Presidente Maria Izabel Ferreira Antunes d'Azevedo da Silva, do Vereador José Dias Batista e dois votos contra da Vereadora Ana Cistina Silva Sousa Borges e do Vereador Manuel António Tavares Santos, a proposta da Primeira Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR), do ano de dois mil e vinte e três, nos termos em que foi apresentada e com enquadramento no regime jurídico das autarquias locais, nomeadamente na alínea c), do número um, do artigo trigésimo terceiro, do anexo I, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro e demais legislação aplicável. _____

_____ Mais deliberou submeter a proposta em apreço à Assembleia Municipal para efeitos de aprovação, nos termos do regime jurídico das autarquias locais, nomeadamente na alínea a) do número um, do artigo vigésimo quinto, do anexo I, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro e demais legislação aplicável. _____

14. *EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS*

(0067/20230209) 14.1 CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO M/L DESTINADO À AINTAR. FINANCIAMENTO DE OPERAÇÕES NO QUADRO POSEUR. RELATÓRIO DA COMISSÃO. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL.

(Documento registado nos serviços camarários, em 2023/02/01, sob o n.º 649).

Foi presente, na reunião, o relatório da Comissão de Análise das Propostas, datado de um do corrente mês e ano, que capeava a proposta de contratação de empréstimo bancário M/L destinados à AINTAR - financiamento de operações no quadro POSEUR.

O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para apresentar este ponto da ordem do dia e fazer o enquadramento, tendo em conta o relatório apresentado que é do seguinte teor:

“Assunto: Contratação de empréstimo bancário M/L destinados à AINTAR - financiamento de operações no quadro POSEUR. Relatório da Comissão de Análise.

Ex.mo Senhor Presidente,

Reportamo-nos ao assunto acima referenciado, para expor e propor a V.^a Ex.^a o seguinte:

1. *Ponto prévio*

A Comissão de Análise das Propostas reuniu no dia 01 de fevereiro de dois mil e vinte e três, pelas dez horas, na Sala de Reuniões dos Paços do Concelho, nesta Vila de Carregal do Sal, contando com a presença de todos os seus elementos.

2. *Considerações gerais*

O início do procedimento ocorreu em cumprimento de deliberação camarária de 15 de dezembro de 2022.

No prosseguimento do processo e cumprimento da legislação em vigor, foram convidadas a apresentar propostas as seguintes entidades bancárias.



_____ Banco Investimento Global - BIG; _____

_____ Banco Português do Investimento – BPI; _____

_____ Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Terras de Viriato; _____

_____ Caixa Geral de Depósitos - CGD; _____

_____ Millennium BCP; _____

_____ Santander Totta. _____

_____ **3. Fundamentos** _____

_____ Previamente a qualquer apreciação, a Comissão, decorrida votação nominal, deliberou por unanimidade que os fatores de análise para efeitos de apresentação da respetiva proposta de solução seriam os que estiveram na génese da deliberação tomada na reunião ordinária realizada em 15 de dezembro de 2022 e no convite formulado, nomeadamente no que diz respeito ao prazo de duração do empréstimo de 15 e 20 anos, a taxa de “spread” e o valor da comissão de estudo e montagem, ou outra, se existente. _____

_____ Em consequência, deliberou de igual modo que não seriam consideradas as propostas que não respeessem os condicionalismos exigidos no convite: _____

_____ Montante até 280.300€; _____

_____ Prazo total de 15 e 20 anos, com período de utilização/carência até 24 meses; _____

_____ Taxa de juro indexada à Euribor a seis meses; _____

_____ Reembolso em prestações semestrais postecipadas, sucessivas, constantes de capital e juros ao saldo; _____

_____ Possibilidade de reembolso antecipado da totalidade ou parte do capital em dívida sem penalizações para o Município. _____

_____ **4. Propostas** _____

_____ Verificou-se a não apresentação de proposta por parte do Banco Investimento Global – BIG, nos termos da comunicação rececionada, que se considera parte integrante

deste Relatório.

Deste modo, a Comissão começou por analisar a conformidade da documentação processual, de harmonia com o que havia sido previamente estabelecido, tendo sido consideradas conformes as propostas apresentadas pelas entidades Banco Português do Investimento – BPI, Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Terras de Viriato e Caixa Geral de Depósitos – CGD, nos seguintes termos:

BPI – Banco Português de Investimento

Empréstimo com taxa de juro indexada a Euribor 6M, acrescida de "spread" de 0,74% para um prazo de 20 anos e 0,68% para um prazo de 15 anos, sendo que, caso a Euribor assumira valor negativo, será considerada, para efeitos de cálculo de juro, que a mesma terá valor zero. Comissão de abertura de 0,5%.

CGD – Caixa Geral de Depósitos

Empréstimo com taxa de juro indexada a Euribor 6M, com "floor" zero, acrescida de "spread" de 0,74% para os prazos de 15 e 20 anos. Sem comissões.

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Terras de Viriato

Empréstimo com taxa de juro indexada a Euribor 6M, acrescida de "spread" de 0,45%, sendo que o somatório que resulte do Indexante e do "spread" não pode ser inferior a zero, para os prazos de 15 e 20 anos. Comissão de abertura de 0,1%.

5. Proposta de solução

Em face do exposto e depois de avaliação ponderada, a Comissão concluiu que, considerados pressupostos iguais de comparação, em termos técnicos e financeiros, a proposta que no momento se afigurava como a mais vantajosa para a entidade é a apresentada pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Terras de Viriato, conforme comprovado em folhas de cálculo anexas, que se consideram parte integrante deste Relatório.

6. Conclusão



_____ *[Signature]*

_____Face ao exposto, a Comissão de Análise das Propostas, decorrida votação nominal, deliberou propor por unanimidade: _____

_____1 – Que a Câmara Municipal deliberasse no sentido de vir a contrair empréstimo de empréstimo de médio e longo prazo, destinado à AINTAR - financiamento de operações no quadro POSEUR, à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Terras de Viriato, por ser a proposta mais vantajosa, nos seguintes termos e fundamentos: _____

_____ - Montante até 280.300€; _____

_____ - Prazo total de 15 ou 20 anos, a definir pela Câmara Municipal, com período de utilização/carência até 24 meses _____

_____ - Taxa de juro indexada a Euribor a seis meses; _____

_____ - Reembolso em prestações semestrais postecipadas, sucessivas, constantes de capital e juros ao saldo; _____

_____ - Possibilidade de reembolso antecipado da totalidade ou parte do capital em dívida sem penalização para o Município; _____

_____ - "Spread" de 0,45%, sendo que, caso acrescido de taxa Euribor negativa assuma valor negativo, será considerado para efeitos de cálculo de juros o valor zero; _____

_____ - Comissão de abertura de 0,1%; _____

_____ - Garantias de acordo com a legislação em vigor (Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual). _____

_____2 – A aprovação na reunião de Câmara Municipal e submissão á Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos do artigo 25.º, n.º 4, Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, acompanhada dos restantes elementos instrutórios. _____

_____ À consideração de V.ª Ex.ª _____

_____ A Comissão de Análise das Propostas". _____

_____ Findo o período de apreciação, a Câmara Municipal, decorrida votação nominal,

deliberou aprovar por maioria, com três votos a favor do Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, da Vice-Presidente Maria Izabel Ferreira Antunes d’Azevedo da Silva, do Vereador José Dias Batista e duas abstenções da Vereadora Ana Cistina Silva Sousa Borges e do Vereador Manuel António Tavares Santos, a contratação de empréstimo bancário M/L destinado à AINTAR. Financiamento de operações no quadro POSEUR, com enquadramento no regime jurídico das autarquias locais, mormente da alínea ccc), do número um, do artigo trigésimo terceiro, do anexo I, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro e demais legislação aplicável. —————

—————Mais deliberou submeter a proposta em apreço à Assembleia Municipal para efeitos de aprovação, nos termos e para os efeitos das respetivas disposições do regime jurídico das autarquias locais, mormente da alínea f) do número um, do artigo vigésimo quinto, do anexo I, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro e demais legislação aplicável. —————

—————(068/20230209) 14.2 CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO M/L DESTINADO À OBRA DE ARRANJOS EXTERIORES DA CASA DO PASSAL. RELATÓRIO DA COMISSÃO. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL. —————

—————(*Documento registado nos serviços camarários, em 2023/02/01, sob o n.º 651*). —

—————Foi presente, na reunião, o relatório da Comissão de Análise das Propostas, datado de um do corrente mês e ano, que capeava a proposta de contratação de empréstimo bancário M/L destinados à obra de Arranjos Exteriores da Casa do Passal. —————

—————O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para apresentar este ponto da ordem do dia e fazer o enquadramento, tendo em conta o relatório apresentado que é do seguinte teor: —————

—————**“Assunto: Contratação de empréstimo bancário M/L destinados à obra de Arranjos Exteriores da Casa do Passal. Relatório da Comissão de Análise.** —————



_____ Ex.mo Senhor Presidente, _____

_____ Reportamo-nos ao assunto acima referenciado, para expor e propor a V.^a Ex.^a o seguinte: _____

_____ 1. **Ponto prévio** _____

_____ A Comissão de Análise das Propostas reuniu no dia 01 de fevereiro de dois mil e vinte e três, pelas dez horas, na Sala de Reuniões dos Paços do Concelho, nesta Vila de Carregal do Sal, contando com a presença de todos os seus elementos. _____

_____ 2. **Considerações gerais** _____

_____ O início do procedimento ocorreu em cumprimento de deliberação camarária de 15 de dezembro de 2022. _____

_____ No prosseguimento do processo e cumprimento da legislação em vigor, foram convidadas a apresentar propostas as seguintes entidades bancárias : _____

_____ - Banco Investimento Global - BIG; _____

_____ - Banco Português do Investimento - BPI; _____

_____ - Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Terras de Viriato; _____

_____ - Caixa Geral de Depósitos - CGD; _____

_____ - Millennium BCP; _____

_____ - Santander Totta. _____

_____ 3. **Fundamentos** _____

_____ Previamente a qualquer apreciação, a Comissão, decorrida votação nominal, deliberou por unanimidade que os fatores de análise para efeitos de apresentação da respetiva proposta de solução seriam os que estiveram na génese da deliberação tomada na reunião ordinária realizada em 15 de dezembro de 2022 e no convite formulado, nomeadamente no que diz respeito ao prazo de duração do empréstimo de 15 e 20 anos, a taxa de "spread" e o valor da comissão de estudo e montagem, ou outra, se existente. _____

— Em consequência, deliberou de igual modo que não seriam consideradas as propostas que não respeitassem os condicionalismos exigidos no convite: —

— Montante até 630.000€; —

— Prazo total de 15 e 20 anos, com período de utilização/carência até 24 meses; —

— Taxa de juro indexada à Euribor a seis meses; —

— Reembolso em prestações semestrais postecipadas, sucessivas, constantes de capital e juros ao saldo; —

— Possibilidade de reembolso antecipado da totalidade ou parte do capital em dívida sem penalizações para o Município. —

— **4. Propostas** —

— Verificou-se a não apresentação de proposta por parte do Banco Investimento Global – BIG, nos termos da comunicação rececionada, que se considera parte integrante deste Relatório. —

— Deste modo, a Comissão começou por analisar a conformidade da documentação processual, de harmonia com o que havia sido previamente estabelecido, tendo sido consideradas conformes as propostas apresentadas pelas entidades Banco Português do Investimento – BPI, Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Terras de Viriato e Caixa Geral de Depósitos – CGD, nos seguintes termos: —

— *BPI – Banco Português de Investimento* —

— Empréstimo com taxa de juro indexada a Euribor 6M, acrescida de "spread" de 0,74% para um prazo de 20 anos e 0,68% para um prazo de 15 anos, sendo que, caso a Euribor assuma valor negativo, será considerada, para efeitos de cálculo de juro, que a mesma terá valor zero. Comissão de abertura de 0,5%. —

— *CGD – Caixa Geral de Depósitos* —

— Empréstimo com taxa de juro indexada a Euribor 6M, com "floor" zero, acrescida



de "spread" de 0,74% para os prazos de 15 e 20 anos. Sem comissões. _____

_____ *Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Terras de Viriato* _____

_____ Empréstimo com taxa de juro indexada a Euribor 6M, acrescida de "spread" de 0,45%, sendo que o somatório que resulte do Indexante e do "spread" não pode ser inferior a zero, para os prazos de 15 e 20 anos. Comissão de abertura de 0,1%. _____

_____ **5. Proposta de solução** _____

_____ Em face do exposto e depois de avaliação ponderada, a Comissão concluiu que, considerados pressupostos iguais de comparação, em termos técnicos e financeiros, a proposta que no momento se afigurava como a mais vantajosa para a entidade é a apresentada pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Terras de Viriato, conforme comprovado em folhas de cálculo anexas, que se consideram parte integrante deste Relatório. _____

_____ **6. Conclusão** _____

_____ Face ao exposto, a Comissão de Análise das Propostas, decorrida votação nominal, deliberou propor por unanimidade: _____

_____ 1 – Que a Câmara Municipal deliberasse no sentido de vir a contrair empréstimo de empréstimo de médio e longo prazo, destinado à obra de Arranjos Exteriores da Casa do Passal, à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Terras de Viriato, por ser a proposta mais vantajosa, nos seguintes termos e fundamentos: _____

_____ - Montante até 630.000€; _____

_____ - Prazo total de 15 ou 20 anos, a definir pela Câmara Municipal, com período de utilização/carência até 24 meses; _____

_____ - Taxa de juro indexada a Euribor a seis meses; _____

_____ - Reembolso em prestações semestrais postecipadas, sucessivas, constantes de capital e juros ao saldo; _____

_____ - Possibilidade de reembolso antecipado da totalidade ou parte do capital em

dívida sem penalização para o Município; _____

_____ - "Spread" de 0,45%, sendo que, caso acrescido de taxa Euribor negativa assuma valor negativo, será considerado para efeitos de cálculo de juros o valor zero; _____

_____ - Comissão de abertura de 0,1%; _____

_____ - Garantias de acordo com a legislação em vigor (Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual). _____

_____ 2 - A aprovação na reunião de Câmara Municipal e submissão á Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos do artigo 25.º, n.º 4, Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, acompanhada dos restantes elementos instrutórios. _____

_____ À consideração de V.ª Ex.ª. _____

_____ A Comissão de Análise das Propostas". _____

_____ Findo o período de apreciação, a Câmara Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por maioria, com três votos a favor do Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, da Vice-Presidente Maria Izabel Ferreira Antunes d'Azevedo da Silva, do Vereador José Dias Batista e duas abstenções da Vereadora Ana Cistina Silva Sousa Borges e do Vereador Manuel António Tavares Santos, a contratação de empréstimo bancário M/L destinado à obra de Arranjos Exteriores da Casa do Passal, com enquadramento no regime jurídico das autarquias locais, mormente da alínea ccc), do número um, do artigo trigésimo terceiro, do anexo I, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro e demais legislação aplicável. _____

_____ Mais deliberou submeter a proposta em apreço à Assembleia Municipal para efeitos de aprovação, nos termos e para os efeitos das respetivas disposições do regime jurídico das autarquias locais, mormente da alínea f) do número um, do artigo vigésimo quinto, do anexo I, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro e demais legislação aplicável. _____



_____ (0069/20230209) 14.3 CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO M/L DESTINADO À OBRA DE REABILITAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE DE CARREGAL DO SAL. RELATÓRIO DA COMISSÃO. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL. _____

_____ (*Documento registado nos serviços camarários, em 2023/02/01, sob o n.º 652*). _____

_____ Foi presente, na reunião, o relatório da Comissão de Análise das Propostas, datado de um do corrente mês e ano, que capeava a proposta de contratação de empréstimo bancário M/L destinados à obra de Reabilitação do Centro de Saúde de Carregal do Sal. _____

_____ O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para apresentar este ponto da ordem do dia e fazer o enquadramento, tendo em conta o relatório apresentado que é do seguinte teor: _____

_____ **“Assunto: Contratação de empréstimo bancário M/L destinados à obra de Reabilitação do Centro de Saúde de Carregal do Sal. Relatório da Comissão de Análise.** _____

_____ Ex.mo Senhor Presidente, _____

_____ Reportamo-nos ao assunto acima referenciado, para expor e propor a V.^a Ex.^a o seguinte: _____

_____ **1. Ponto prévio** _____

_____ A Comissão de Análise das Propostas reuniu no dia 01 de fevereiro de dois mil e vinte e três, pelas dez horas, na Sala de Reuniões dos Paços do Concelho, nesta Vila de Carregal do Sal, contando com a presença de todos os seus elementos. _____

_____ **2. Considerações gerais** _____

_____ O início do procedimento ocorreu em cumprimento de deliberação camarária de 15 de dezembro de 2022. _____

_____ No prosseguimento do processo e cumprimento da legislação em vigor, foram convidadas a apresentar propostas as seguintes entidades bancárias: _____

_____ - Banco Investimento Global - BIG; _____

_____ - Banco Português do Investimento – BPI; _____

_____ - Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Terras de Viriato; _____

_____ - Caixa Geral de Depósitos - CGD; _____

_____ - Millennium BCP; _____

_____ - Santander Totta. _____

_____ 3. **Fundamentos** _____

_____ Previamente a qualquer apreciação, a Comissão, decorrida votação nominal, deliberou por unanimidade que os fatores de análise para efeitos de apresentação da respetiva proposta de solução seriam os que estiveram na génese da deliberação tomada na reunião ordinária realizada em 15 de dezembro de 2022 e no convite formulado, nomeadamente no que diz respeito ao prazo de duração do empréstimo de 15 e 20 anos, a taxa de “spread” e o valor da comissão de estudo e montagem, ou outra, se existente. _____

_____ Em consequência, deliberou de igual modo que não seriam consideradas as propostas que não respeitassem os condicionalismos exigidos no convite: _____

_____ - Montante até 745.900€; _____

_____ - Prazo total de 15 e 20 anos, com período de utilização/carência até 24 meses; _____

_____ - Taxa de juro indexada à Euribor a seis meses; _____

_____ - Reembolso em prestações semestrais postecipadas, sucessivas, constantes de capital e juros ao saldo; _____

_____ - Possibilidade de reembolso antecipado da totalidade ou parte do capital em dívida sem penalizações para o Município. _____

_____ 4. **Propostas** _____

_____ Verificou-se a não apresentação de proposta por parte do Banco Investimento Global – BIG, nos termos da comunicação rececionada, que se considera parte integrante deste Relatório. _____



_____ Deste modo, a Comissão começou por analisar a conformidade da documentação processual, de harmonia com o que havia sido previamente estabelecido, tendo sido consideradas conformes as propostas apresentadas pelas entidades Banco Português do Investimento – BPI, Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Terras de Viriato e Caixa Geral de Depósitos – CGD, nos seguintes termos: _____

_____ *BPI – Banco Português de Investimento* _____

_____ Empréstimo com taxa de juro indexada a Euribor 6M, acrescida de "spread" de 0,74% para um prazo de 20 anos e 0,68% para um prazo de 15 anos, sendo que, caso a Euribor assumira valor negativo, será considerada, para efeitos de cálculo de juro, que a mesma terá valor zero. Comissão de abertura de 0,5%. _____

_____ *CGD – Caixa Geral de Depósitos* _____

_____ Empréstimo com taxa de juro indexada a Euribor 6M, com "floor" zero, acrescida de "spread" de 0,74% para os prazos de 15 e 20 anos. Sem comissões. _____

_____ *Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Terras de Viriato* _____

_____ Empréstimo com taxa de juro indexada a Euribor 6M, acrescida de "spread" de 0,45%, sendo que o somatório que resulte do Indexante e do "spread" não pode ser inferior a zero, para os prazos de 15 e 20 anos. Comissão de abertura de 0,1%. _____

_____ **5. Proposta de solução** _____

_____ Em face do exposto e depois de avaliação ponderada, a Comissão concluiu que, considerados pressupostos iguais de comparação, em termos técnicos e financeiros, a proposta que no momento se afigurava como a mais vantajosa para a entidade é a apresentada pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Terras de Viriato, conforme comprovado em folhas de cálculo anexas, que se consideram parte integrante deste Relatório. _____

_____ **6. Conclusão** _____

_____ Face ao exposto, a Comissão de Análise das Propostas, decorrida votação

nominal, deliberou propor por unanimidade: _____

_____ 1 – Que a Câmara Municipal deliberasse no sentido de vir a contrair empréstimo de empréstimo de médio e longo prazo, destinado à obra de Reabilitação do Centro de Saúde de Carregal do Sal, à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Terras de Viriato, por ser a proposta mais vantajosa, nos seguintes termos e fundamentos: _____

_____ - Montante até 745.900€; _____

_____ - Prazo total de 15 ou 20 anos, a definir pela Câmara Municipal, com período de utilização/carência até 24 meses; _____

_____ - Taxa de juro indexada a Euribor a seis meses; _____

_____ - Reembolso em prestações semestrais postecipadas, sucessivas, constantes de capital e juros ao saldo; _____

_____ - Possibilidade de reembolso antecipado da totalidade ou parte do capital em dívida sem penalização para o Município; _____

_____ - "Spread" de 0,45%, sendo que, caso acrescido de taxa Euribor negativa assuma valor negativo, será considerado para efeitos de cálculo de juros o valor zero; _____

_____ - Comissão de abertura de 0,1%; _____

_____ - Garantias de acordo com a legislação em vigor (Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual). _____

_____ 2 – A aprovação na reunião de Câmara Municipal e submissão á Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos do artigo 25.º, n.º 4, Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, acompanhada dos restantes elementos instrutórios. _____

_____ À consideração de V.ª Ex.ª. _____

_____ A Comissão de Análise das Propostas". _____

_____ Findo o período de apreciação, a Câmara Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por maioria, com três votos a favor do Presidente da Câmara Municipal,



Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, da Vice-Presidente Maria Izabel Ferreira Antunes d’Azevedo da Silva, do Vereador José Dias Batista e duas abstenções da Vereadora Ana Cistina Silva Sousa Borges e do Vereador Manuel António Tavares Santos, a contratação de empréstimo bancário M/L destinado à obra de Reabilitação do Centro de Saúde de Carregal do Sal, com enquadramento no regime jurídico das autarquias locais, mormente da alínea ccc), do número um, do artigo trigésimo terceiro, do anexo I, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro e demais legislação aplicável. _____

_____Mais deliberou submeter a proposta em apreço à Assembleia Municipal para efeitos de aprovação, nos termos e para os efeitos das respetivas disposições do regime jurídico das autarquias locais, mormente da alínea f) do número um, do artigo vigésimo quinto, do anexo I, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro e demais legislação aplicável. _____

_____ (0070/20230209) 14.4 CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO M/L DESTINADO À OBRA DE CONSTRUÇÃO DE CICLOVIA ENTRE CARREGAL DO SAL E OLIVEIRINHA. RELATÓRIO DA COMISSÃO. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL. _____

_____ (Documento registado nos serviços camarários, em 2023/02/01, sob o n.º 655). _____

_____ Foi presente, na reunião, o relatório da Comissão de Análise das Propostas, datado de um do corrente mês e ano, que capeava a proposta de contratação de empréstimo bancário M/L destinados à obra de Reabilitação do Centro de Saúde de Carregal do Sal. _____

_____ O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para apresentar este ponto da ordem do dia e fazer o enquadramento, tendo em conta o relatório apresentado que é do seguinte teor: _____

_____ **“Assunto: contratação de empréstimo bancário M/L destinados à obra de construção de Ciclovia entre Carregal do Sal e Oliveirinha. Relatório da Comissão de**

Análise.

Ex.mo Senhor Presidente,

Reportamo-nos ao assunto acima referenciado, para expor e propor a V.^a Ex.^a o seguinte:

1. Ponto prévio

A Comissão de Análise das Propostas reuniu no dia 01 de fevereiro de dois mil e vinte e três, pelas dez horas, na Sala de Reuniões dos Paços do Concelho, nesta Vila de Carregal do Sal, contando com a presença de todos os seus elementos.

2. Considerações gerais

O início do procedimento ocorreu em cumprimento de deliberação camarária de 15 de dezembro de 2022.

No prosseguimento do processo e cumprimento da legislação em vigor, foram convidadas a apresentar propostas as seguintes entidades bancárias:

- Banco Investimento Global - BIG;

- Banco Português do Investimento – BPI;

- Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Terras de Viriato;

- Caixa Geral de Depósitos - CGD;

- Millennium BCP;

- Santander Totta.

3. Fundamentos

Previamente a qualquer apreciação, a Comissão, decorrida votação nominal, deliberou por unanimidade que os fatores de análise para efeitos de apresentação da respetiva proposta de solução seriam os que estiveram na génese da deliberação tomada na reunião ordinária realizada em 15 de dezembro de 2022 e no convite formulado, nomeadamente no que diz respeito ao prazo de duração do empréstimo de 15 e 20 anos, a



[Handwritten signature]

taxa de "spread" e o valor da comissão de estudo e montagem, ou outra, se existente. _____

_____ Em consequência, deliberou de igual modo que não seriam consideradas as propostas que não respeitassem os condicionalismos exigidos no convite: _____

_____ - Montante até 367.200€; _____

_____ - Prazo total de 15 e 20 anos, com período de utilização/carência até 24 meses; _____

- Taxa de juro indexada à Euribor a seis meses; _____

_____ - Reembolso em prestações semestrais postecipadas, sucessivas, constantes de capital e juros ao saldo; _____

_____ - Possibilidade de reembolso antecipado da totalidade ou parte do capital em dívida sem penalizações para o Município. _____

_____ **4. Propostas** _____

_____ Verificou-se a não apresentação de proposta por parte do Banco Investimento Global – BIG, nos termos da comunicação rececionada, que se considera parte integrante deste Relatório. _____

_____ Deste modo, a Comissão começou por analisar a conformidade da documentação processual, de harmonia com o que havia sido previamente estabelecido, tendo sido consideradas conformes as propostas apresentadas pelas entidades Banco Português do Investimento – BPI, Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Terras de Viriato e Caixa Geral de Depósitos – CGD, nos seguintes termos: _____

_____ *BPI – Banco Português de Investimento* _____

_____ Empréstimo com taxa de juro indexada a Euribor 6M, acrescida de "spread" de 0,74% para um prazo de 20 anos e 0,68% para um prazo de 15 anos, sendo que, caso a Euribor assumira valor negativo, será considerada, para efeitos de cálculo de juro, que a mesma terá valor zero. Comissão de abertura de 0,5%. _____

_____ *CGD – Caixa Geral de Depósitos* _____

————— Empréstimo com taxa de juro indexada a Euribor 6M, com “floor” zero, acrescida de “spread” de 0,74% para os prazos de 15 e 20 anos. Sem comissões. —————

————— *Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Terras de Viriato* —————

Empréstimo com taxa de juro indexada a Euribor 6M, acrescida de “spread” de 0,45%, sendo que o somatório que resulte do Indexante e do “spread” não pode ser inferior a zero, para os prazos de 15 e 20 anos. Comissão de abertura de 0,1%. —————

————— **5. Proposta de solução** —————

————— Em face do exposto e depois de avaliação ponderada, a Comissão concluiu que, considerados pressupostos iguais de comparação, em termos técnicos e financeiros, a proposta que no momento se afigurava como a mais vantajosa para a entidade é a apresentada pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Terras de Viriato, conforme comprovado em folhas de cálculo anexas, que se consideram parte integrante deste Relatório. —————

————— **6. Conclusão** —————

————— Face ao exposto, a Comissão de Análise das Propostas, decorrida votação nominal, deliberou propor por unanimidade: —————

————— 1 – Que a Câmara Municipal deliberasse no sentido de vir a contrair empréstimo de empréstimo de médio e longo prazo, destinado à obra de Construção de Ciclovia entre Carregal do Sal e Oliveirinha, à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Terras de Viriato, por ser a proposta mais vantajosa, nos seguintes termos e fundamentos: —————

————— - Montante até 367.200€; —————

————— - Prazo total de 15 ou 20 anos, a definir pela Câmara Municipal, com período de utilização/carência até 24 meses; —————

————— - Taxa de juro indexada a Euribor a seis meses; —————

————— - Reembolso em prestações semestrais postecipadas, sucessivas, constantes de capital e juros ao saldo; —————



14

————- Possibilidade de reembolso antecipado da totalidade ou parte do capital em dívida sem penalização para o Município; —————

————- “Spread” de 0,45%, sendo que, caso acrescido de taxa Euribor negativa assuma valor negativo, será considerado para efeitos de cálculo de juros o valor zero; —————

————- Comissão de abertura de 0,1%; —————

————- Garantias de acordo com a legislação em vigor (Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual). —————

————- 2 – A aprovação na reunião de Câmara Municipal e submissão á Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos do artigo 25.º, n.º 4, Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, acompanhada dos restantes elementos instrutórios. —————

————- À consideração de V.ª Ex.ª. —————

————- A Comissão de Análise das Propostas”. —————

————- Findo o período de apreciação, a Câmara Municipal, decorrida votação nominal, deliberou aprovar por maioria, com três votos a favor do Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, da Vice-Presidente Maria Izabel Ferreira Antunes d’Azevedo da Silva, do Vereador José Dias Batista e duas abstenções da Vereadora Ana Cistina Silva Sousa Borges e do Vereador Manuel António Tavares Santos, a contratação de empréstimo bancário M/L destinado à obra de construção de Ciclovia entre Carregal do Sal e Oliveirinha, com enquadramento no regime jurídico das autarquias locais, mormente da alínea ccc), do número um, do artigo trigésimo terceiro, do anexo I, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro e demais legislação aplicável. —————

————- Mais deliberou submeter a proposta em apreço à Assembleia Municipal para efeitos de aprovação, nos termos e para os efeitos das respetivas disposições do regime jurídico das autarquias locais, mormente da alínea f) do número um, do artigo vigésimo quinto, do anexo I, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de

setembro e demais legislação aplicável.

(0071/20230209) 14.5 CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO M/L DESTINADO À OBRA DE REQUALIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO DO MERCADO MUNICIPAL. RELATÓRIO DA COMISSÃO. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL.

(Documento registado nos serviços camarários, em 2023/02/01, sob o n.º 656).

Foi presente, na reunião, o relatório da Comissão de Análise das Propostas, datado de um do corrente mês e ano, que capeava a proposta de contratação de empréstimo bancário M/L destinados à obra de Requalificação do Edifício do Mercado Municipal.

O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para apresentar este ponto da ordem do dia e fazer o enquadramento, tendo em conta o relatório apresentado que é do seguinte teor:

Assunto: Contratação de empréstimo bancário M/L destinados à obra de Requalificação do Edifício do Mercado Municipal. Relatório da Comissão de Análise.

Ex.mo Senhor Presidente,

Reportamo-nos ao assunto acima referenciado, para expor e propor a V.^a Ex.^a o seguinte:

1. Ponto prévio

A Comissão de Análise das Propostas reuniu no dia 01 de fevereiro de dois mil e vinte e três, pelas dez horas, na Sala de Reuniões dos Paços do Concelho, nesta Vila de Carregal do Sal, contando com a presença de todos os seus elementos.

2. Considerações gerais

O início do procedimento ocorreu em cumprimento de deliberação camarária de 15 de dezembro de 2022.

No prosseguimento do processo e cumprimento da legislação em vigor, foram convidadas a apresentar propostas as seguintes entidades bancárias:



_____ *Ay* _____

_____ Banco Investimento Global - BIG; _____

_____ Banco Português do Investimento - BPI; _____

_____ Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Terras de Viriato; _____

_____ Caixa Geral de Depósitos - CGD; _____

_____ Millennium BCP; _____

_____ Santander Totta. _____

_____ **3. Fundamentos** _____

_____ Previamente a qualquer apreciação, a Comissão, decorrida votação nominal, deliberou por unanimidade que os fatores de análise para efeitos de apresentação da respetiva proposta de solução seriam os que estiveram na génese da deliberação tomada na reunião ordinária realizada em 15 de dezembro de 2022 e no convite formulado, nomeadamente no que diz respeito ao prazo de duração do empréstimo de 15 e 20 anos, a taxa de "spread" e o valor da comissão de estudo e montagem, ou outra, se existente. _____

_____ Em consequência, deliberou de igual modo que não seriam consideradas as propostas que não respeessem os condicionalismos exigidos no convite: _____

_____ Montante até 213.600€; _____

_____ Prazo total de 15 e 20 anos, com período de utilização/carência até 24 meses; _____

_____ Taxa de juro indexada à Euribor a seis meses; _____

_____ Reembolso em prestações semestrais postecipadas, sucessivas, constantes de capital e juros ao saldo; _____

_____ Possibilidade de reembolso antecipado da totalidade ou parte do capital em dívida sem penalizações para o Município. _____

_____ **4. Propostas** _____

_____ Verificou-se a não apresentação de proposta por parte do Banco Investimento Global - BIG, nos termos da comunicação rececionada, que se considera parte integrante

deste Relatório.

Deste modo, a Comissão começou por analisar a conformidade da documentação processual, de harmonia com o que havia sido previamente estabelecido, tendo sido consideradas conformes as propostas apresentadas pelas entidades Banco Português do Investimento – BPI, Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Terras de Viriato e Caixa Geral de Depósitos – CGD, nos seguintes termos:

BPI – Banco Português de Investimento

Empréstimo com taxa de juro indexada a Euribor 6M, acrescida de "spread" de 0,74% para um prazo de 20 anos e 0,68% para um prazo de 15 anos, sendo que, caso a Euribor assumira valor negativo, será considerada, para efeitos de cálculo de juro, que a mesma terá valor zero. Comissão de abertura de 0,5%.

CGD – Caixa Geral de Depósitos

Empréstimo com taxa de juro indexada a Euribor 6M, com "floor" zero, acrescida de "spread" de 0,74% para os prazos de 15 e 20 anos. Sem comissões.

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Terras de Viriato

Empréstimo com taxa de juro indexada a Euribor 6M, acrescida de "spread" de 0,45%, sendo que o somatório que resulte do Indexante e do "spread" não pode ser inferior a zero, para os prazos de 15 e 20 anos. Comissão de abertura de 0,1%.

5. Proposta de solução

Em face do exposto e depois de avaliação ponderada, a Comissão concluiu que, considerados pressupostos iguais de comparação, em termos técnicos e financeiros, a proposta que no momento se afigurava como a mais vantajosa para a entidade é a apresentada pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Terras de Viriato, conforme comprovado em folhas de cálculo anexas, que se consideram parte integrante deste Relatório.

6. Conclusão



— Face ao exposto, a Comissão de Análise das Propostas, decorrida votação nominal, deliberou propor por unanimidade: _____

— 1 – Que a Câmara Municipal deliberasse no sentido de vir a contrair empréstimo de empréstimo de médio e longo prazo, destinado à obra de Requalificação do Edifício do Mercado Municipal, à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Terras de Viriato, por ser a proposta mais vantajosa, nos seguintes termos e fundamentos: _____

— Montante até 213.600€; _____

— Prazo total de 15 ou 20 anos, a definir pela Câmara Municipal, com período de utilização/carência até 24 meses; _____

— Taxa de juro indexada a Euribor a seis meses; _____

— Reembolso em prestações semestrais postecipadas, sucessivas, constantes de capital e juros ao saldo; _____

— Possibilidade de reembolso antecipado da totalidade ou parte do capital em dívida sem penalização para o Município; _____

— “Spread” de 0,45%, sendo que, caso acrescido de taxa Euribor negativa assuma valor negativo, será considerado para efeitos de cálculo de juros o valor zero; _____

— Comissão de abertura de 0,1%; _____

— Garantias de acordo com a legislação em vigor (Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual). _____

— 2 – A aprovação na reunião de Câmara Municipal e submissão á Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos do artigo 25.º, n.º 4, Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, acompanhada dos restantes elementos instrutórios. _____

— À consideração de V.ª Ex.ª. _____

— A Comissão de Análise das Propostas, _____

— Findo o período de apreciação, a Câmara Municipal, decorrida votação nominal,

deliberou aprovar por maioria, com três votos a favor do Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, da Vice-Presidente Maria Izabel Ferreira Antunes d'Azevedo da Silva, do Vereador José Dias Batista e duas abstenções da Vereadora Ana Cistina Silva Sousa Borges e do Vereador Manuel António Tavares Santos, a contratação de empréstimo bancário M/L destinado à obra de construção da Requalificação do Edifício do Mercado Municipal, com enquadramento no regime jurídico das autarquias locais, mormente da alínea ccc), do número um, do artigo trigésimo terceiro, do anexo I, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro e demais legislação aplicável. _____

_____ Mais deliberou submeter a proposta em apreço à Assembleia Municipal para efeitos de aprovação, nos termos e para os efeitos das respetivas disposições do regime jurídico das autarquias locais, mormente da alínea f) do número um, do artigo vigésimo quinto, do anexo I, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro e demais legislação aplicável. _____

_____ **ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA** _____

_____ **SEGUROS** _____

_____ (0072/20230209) 15. ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO. RATIFICAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL. _____

_____ *(Documento registado nos serviços camarários, em 2023/02/07, sob o n.º 773).* _____

_____ Foi presente, na reunião, o processo supramencionado que se encontrava capeado com a informação dos serviços número vinte, datada de sete do corrente mês e ano. _____

_____ O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para apresentar este ponto da ordem do dia e fazer o respetivo enquadramento no que dizia respeito à aquisição de serviços de seguros. _____

_____ A Câmara Municipal analisou em pormenor este assunto e, decorrida votação



[Handwritten signature]

nominal, deliberou por unanimidade concordar e aprovar a proposta apresentada, referente ao procedimento de aquisição de serviços de seguros do Município, na modalidade de concurso público urgente, ratificando, ainda, todas as decisões entretanto tomadas exaradas na documentação que se considera parte integrante desta deliberação. _____

_____ 16. **PESSOAL AUTÁRQUICO** _____

_____ (0073/20230209) 16.1 CONCESSÃO DE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO. REGISTO NÚMERO 606. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL. _____

_____ *(Documento registado nos serviços camarários, em 2023/01/30, sob o n.º 606).* _____

_____ Foi presente, na reunião, o requerimento apresentado pela trabalhadora Marine Inês Guerreiro Pereira, detentora da categoria e carreira de Assistente Operacional, solicitando licença sem remuneração, pelo período de seis de fevereiro a trinta de junho de dois mil e vinte e três, alegando motivos pessoais, mais concretamente pela necessidade da realização de estágio profissionalizante necessário para terminar a Licenciatura em Terapêutica da Fala. _____

_____ O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para dar as explicações tidas por adequadas à boa compreensão do tema em referência. _____

_____ A Câmara Municipal analisou em pormenor este assunto e, decorrida votação nominal, deliberou por unanimidade deferir o pedido formulado pela Assistente Operacional, Marine Inês Guerreiro Pereira, nos termos apresentados, com enquadramento no número um e dois do artigo duzentos e oitenta da Lei do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei número trinta e cinco barra dois mil e catorze, de vinte de junho. _____

_____ (0074/20230209) 16.2 PEDIDO DE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO. REGISTO NÚMERO 755. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL. _____

_____ *(Documento registado nos serviços camarários, em 2023/01/13, sob o n.º 755).* _____

———Foi presente, na reunião, o requerimento apresentado pelo trabalhador Guilherme Alexandre Borges Cardoso, detentor da categoria e carreira de Técnico Superior, solicitando nova licença sem remuneração, pelo período de doze meses e com início em um de março de dois mil e vinte e três, alegando motivos pessoais, mais concretamente pela necessidade de prestar apoio ao negócio de família fundado pelo seu progenitor, o qual, em virtude da extrema dificuldade em contratar trabalhadores qualificados para auxiliar na atividade, carece da sua presença regular. —————

———O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para dar as explicações tidas por adequadas à boa compreensão do tema em referência. —————

———A Câmara Municipal analisou em pormenor este assunto e, decorrida votação nominal, deliberou por unanimidade deferir o pedido formulado pelo Técnico Superior Guilherme Alexandre Borges Cardoso, nos termos apresentados, com enquadramento no número um do artigo duzentos e oitenta da Lei do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei número trinta e cinco barra dois mil e catorze, de vinte de junho e com fundamento nas razões apontadas. —————

———(0075/20230209) 16.3 PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES PÚBLICAS COM FUNÇÕES PRIVADAS. REGISTO NÚMERO 5762. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL. —————

——— *(Documento registado nos serviços camarários, em 2022/11/15, sob o n.º 5762).* —

———Foi presente, na reunião, o requerimento do trabalhador Hugo Miguel Marques Oliveira referente a um pedido de autorização para o exercício de atividade privada em acumulação com funções públicas, nos termos das respetivas disposições da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas. —————

———O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou

ADICES

(0077/20230209) 17. ATUALIZAÇÃO DA QUOTIZAÇÃO DA ADICES. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL.

(Documento registado nos serviços camarários, em 2023/02/01, sob o n.º 983).

Foi presente, na reunião, o ofício datado de trinta de janeiro de dois mil e vinte e três, emanado da ADICES – Associação de Desenvolvimento Local, subordinado ao assunto “Atualização da quotização da ADICES”.

O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para dar as explicações tidas por adequadas à boa compreensão do tema em referência.

A Câmara Municipal analisou em pormenor este assunto e, decorrida votação nominal, deliberou por unanimidade concordar e aprovar a proposta apresentada, referente à atualização da quotização da ADICES, para o valor mensal de mil trezentos e cinquenta euros.

ACORDOS

(078/20230209) 18. ACORDO MARCO DE COOPERAÇÃO E AMIZADE ENTRE O MUNICÍPIO DE CARREGAL DO SAL E O MUNICÍPIO DE CURITIBA. CONHECIMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL.

Foi presente, na reunião, o Acordo Marco de Cooperação e Amizade, na sua versão final, assinada pelo Presidente da Câmara Municipal de Carregal do Sal e pelo Prefeito do Município de Curitiba Rafael Valdomiro Greca de Macedo.

O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, usou da palavra para dar as explicações necessárias acerca das diligências havidas.

A Câmara Municipal tomou conhecimento do Acordo Marco de Cooperação e Amizade, na sua versão final e nos seguintes termos:



[Handwritten signature]

—————“ACORDO MARCO DE COOPERAÇÃO E AMIZADE —————
—————ENTRE O MUNICÍPIO DE CARREGAL DO SAL —————
—————E O MUNICÍPIO DE CURITIBA —————

—————1.º – **MUNICÍPIO DE CARREGAL DO SAL**, pessoa coletiva de direito público número 506 684 920, com sede na Praça do Município, em Carregal do Sal, Freguesia e Concelho de Carregal do Sal, 3430-167 Carregal do Sal, República Portuguesa, representado neste ato pelo Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, com domicílio institucional na Praça do Município, 3430-167 Carregal do Sal, Portugal; —————

—————e —————

—————2.º – **MUNICÍPIO DE CURITIBA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob número 76.417.005/0001-86, com sede na Av. Cândido de Abreu, 817, Curitiba, Estado do Paraná, República Federativa do Brasil, CEP 80.530-908, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Senhor Rafael Valdomiro Greca de Macedo, com domicílio institucional na Av. Cândido de Abreu, 817, Curitiba, Brasil, CEP 80.530-908; —————

—————doravante denominados “AS PARTES”, concordam com o seguinte **ACORDO MARCO DE COOPERAÇÃO E AMIZADE**, que será regido pelos seguintes artigos: —————

—————**PREÂMBULO**—————

—————Considerando que:—————

—————a) Portugal e Brasil são dois países irmãos e os municípios de Carregal do Sal e Curitiba têm em comum valores universais indelévels da História Contemporânea; —————

—————b) É importante fortalecer a integração destes dois municípios através do intercâmbio de experiências e boas práticas que permitam a consolidação dos valores que um e outro, vincada e continuamente, pretendem perpetuar; —————

———c) A cooperação internacional é um meio de alcançar objetivos e interesses comuns, que tendem a favorecer a criação de mecanismos de promoção do desenvolvimento e fortalecimento da cooperação bilateral:—————

———d) Essa cooperação assenta nos valores atrás referidos, com especial destaque para o ato heroico e a figura de Aristides de Sousa Mendes, um cidadão do Concelho, de Portugal e do Mundo que, aquando do Holocausto Nazi, passou Vistos para a Vida a cerca de 30 000 pessoas, entre as quais 10 000 judeus; —————

———e) Existe no Município de Curitiba o Museu do Holocausto, inaugurado em 20 de novembro de 2011, sendo o primeiro dessa temática no Brasil, que tem como objetivo essencial recordar o Holocausto através da memória das vítimas e dos sobreviventes, além de se constituir numa referência e num exemplo na luta contra o ódio, a intolerância, o racismo e o preconceito;—————

———f) O Município de Carregal do Sal tem em curso e em bom ritmo, na Vila e Freguesia de Cabanas de Viriato (terra natal de Aristides de Sousa Mendes), a empreitada de Requalificação e Musealização da Casa do Passal, bem como do Jardim e dos Espaços Adjacentes, integrada numa ação mais abrangente designada por Projeto Aristides de Sousa Mendes;—————

———g) Os órgãos do Município de Carregal do Sal deliberaram aderir à Rota das Judiarias; —————

———h) O Projeto Aristides de Sousa Mendes pretende constituir-se como um ícone universal, que o tempo jamais apagará, assente nos valores da Tolerância e da Paz; —————

———i) É sobremaneira importante que a dinâmica e a empatia que se vive em Portugal, em torno dos valores ora mencionados, possam ser abraçadas por Curitiba, município onde Aristides de Sousa Mendes foi Cônsul de 2.^a Classe, no início da sua carreira diplomática. —

———AS PARTES acordam em:—————



[Handwritten signature]

—————**ARTIGO 1.º**—————

—————**OBJETO**—————

—————1 – AS PARTES comprometem-se a promover o intercâmbio cultural em torno dos Valores da Tolerância e da Paz preconizados pelo Cônsul Aristides de Sousa Mendes, através do ato heroico preconizado aquando do Holocausto Nazi, passando Vistos para a Vida a cerca de 30 000 pessoas, entre as quais 10 000 judeus. —————

—————2 – Os projetos e as iniciativas a realizar no âmbito deste ACORDO deverão passar pela análise individual de cada uma das PARTES, considerando o interesse, a legalidade e a disponibilidade de recursos, ficando condicionada a inclusão dos respetivos planos de trabalho, a prévia e específica cabimentação para eventuais despesas em observância às disposições legais aplicáveis. —————

—————3 – Os planos de trabalho de futuros ajustes específicos deverão conter, no mínimo, as seguintes informações: —————

—————i) Identificação do objeto a ser executado; —————

—————ii) Etapas ou fases de execução; —————

—————iii) Metas a serem atingidas; —————

—————iv) Previsão de início e fim da execução do objeto, assim como da conclusão das etapas ou fases programadas; —————

—————v) Plano de aplicação dos recursos financeiros, quando aplicável; —————

—————vi) Cronograma de desembolso, quando aplicável. —————

—————**ARTIGO 2.º**—————

—————**ÁREAS DE COLABORAÇÃO**—————

—————Em obediência ao preceituado no artigo precedente, AS PARTES concordam em incluir no presente ACORDO, como eixos temáticos não exclusivos, a Promoção, o

Intercâmbio da Cultura, as Tradições e Valores Universais da Tolerância e da Paz; e o Turismo.

ARTIGO 3.º

MEIOS DE COLABORAÇÃO

As atividades referentes ao presente ACORDO podem assumir as seguintes modalidades:

i) Intercâmbio e dinamização de boas práticas nas áreas temáticas objeto do presente ACORDO;

ii) Visitas conjuntas ao município de Carregal do Sal e ao município de Curitiba;

iii) Outras formas de cooperação que vierem a ser acordadas pelas PARTES.

ARTIGO 4.º

RECURSOS FINANCEIROS E OBRIGAÇÕES

Este ACORDO não contém, para além das expressamente previstas, obrigações legais ou financeiras e não está sujeito a nenhuma Jurisdição Internacional, pelo que representa apenas a intenção das PARTES de colaborarem entre si para cumprir os compromissos estabelecidos no seu artigo 1.º.

ARTIGO 5.º

RESOLUÇÃO DE DÚVIDAS E OMISSÕES

AS PARTES comprometem-se a resolver amigavelmente qualquer questão que possa surgir da interpretação e execução deste documento por meio de negociações diretas e de boa-fé.

ARTIGO 6.º

PUBLICAÇÃO

— Pelo Município de Curitiba, O Prefeito Municipal —
— (Rafael Valdomiro Greca de Macedo)”. —

— **PAGAMENTOS** —

— (0079/20230209) 19. INFORMAÇÃO DOS SERVIÇOS. RATIFICAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL. —

— O Presidente da Câmara, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, informou o restante Executivo Camarário dos pagamentos havidos, a que se referiam as autorizações números dezoito e termo no número duzentos e setenta e seis, no montante de €856 419,51 (oitocentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e dezanove euros e cinquenta e um centimos), todas elas devidamente registadas. —


— A Câmara Municipal tomou conhecimento e, decorrida votação nominal, deliberou por unanimidade dos presentes, concordar e ratificar as decisões proferidas pelo Presidente da Câmara e/ou pelos Vereadores. —

— (0080/20230209) **ENCERRAMENTO**. —

— O Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, ao dar por concluída a agenda da ordem do dia desta reunião, apresentou cumprimentos, dando ainda informação que a versão completa do projeto da ata será remetida aos membros da Câmara Municipal para apreciação, que depois de aprovada será por si assinada, conjuntamente com quem a lavrou. —

— E, nada mais havendo a tratar, pelo Presidente da Câmara foi declarada encerrada a reunião, quando eram dezassete horas e vinte e cinco minutos. —

— 
Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz

— 
António Manuel Ribeiro —